



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

JANIR LUIZ VICENZI

**DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO JUVENIL RURAL ESCOLARIZADA DO
MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

**ERECHIM
2014**

JANIR LUIZ VICENZI

**DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO JUVENIL RURAL ESCOLARIZADA DO
MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção de grau de licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Cunha Soares

ERECHIM
2014

DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação

Vicenzi, Janir Luiz

Diagnóstico da população juvenil rural escolarizada do município de Maximiliano de Almeida:/ Janir Luiz Vicenzi. -- 2014.f.

Orientador: Cássio Cunha Soares.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Sociais, Erechim, RS , 2014.

1. I. Soares, Cássio Cunha, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título

JANIR LUIZ VICENZI

**DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO JUVENIL RURAL ESCOLARIZADA DO
MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de licenciado em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Cunha Soares

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Cunha Soares – UFFS

Prof. Dr. Márcio Freitas Eduardo - UFFS

Ms. Daniela Marzari Possatti –EMATER

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por ter me dado dons e tudo mais o suficiente para que eu pudesse chegar a este estágio. Sei que “tudo posso naquele que me fortalece”. Aos meus familiares, pelo exemplo de vida que eles representam para mim a quem devo parte do que sou.

Ao professor meu orientador Dr. Cássio Cunha Soares pela oportunidade, orientação, incentivo e apoio.

A direção, professores, funcionários e alunos da Escola Estadual Divino Mestre do município de Maximiliano de Almeida pelo acolhimento e a possibilidade em aplicar o questionário censitário junto aos alunos. Ao radialista Alisson Silva do Santos na colaboração para se efetivar a entrevista junto aos alunos.

Ao técnico agrícola Junior Paulo Vicenzi pelo apoio e presteza na elaboração deste trabalho.

A Eliane Ódia, minha namorada pelo apoio, compreensão, atenção e amor, elementos essenciais a minha (nossa) realização pessoal.

Enfim, aos amigos, colegas de aula e de trabalho e a todos aqueles que colaboram direta ou indiretamente para que este trabalho se efetivasse.

RESUMO

Neste trabalho estabeleço algumas considerações sobre as características sociológicas do segmento da população juvenil rural escolarizada que habita ou trabalha no meio rural, com idade entre 15 e 24 anos, no município de Maximiliano de Almeida. O detalhamento dos aspectos demográficos, culturais, econômicos, entre outros, deve ser interpretado como a base principal para o entendimento das razões do êxodo rural na atualidade, bem como para o estabelecimento de políticas de interesse às necessidades deste contingente. Entre a população jovem rural, encontra-se a parcela que constitui a agricultura camponesa e familiar. Este grupo constitui-se em um segmento que produz a maioria dos alimentos consumidos pela sociedade brasileira e que deveria ser alvo para o desenvolvimento de uma série de programas que motivem o jovem a optar e desenvolver as atividades agrícolas.

Palavras-chave: Jovem rural. Agricultura camponesa. Agricultura Familiar. Propriedade da terra. Êxodo rural.

ABSTRACT

In this work I establish some considerations on the sociological characteristics of the segment of the educated rural youthful population that lives or works in the rural environment, age range is 15 to 24, in Maximiliano de Almeida town. The demographic, cultural, economic aspects in details, among other things, must be interpreted as the main base for the understanding of the reasons of the rural exodus that exists nowadays, as well as for the establishment of policies of interest to the necessities of this contingent. In the rural young population, there is the piece that constitutes the agriculture peasant and the family farming. This group is a segment that produces most of the foods consumed by the Brazilian society and that should be a target for the development of series of programs that cause the young person to choose and develop the agricultural activities.

key words: Rural young person. Agriculture peasant. Family farming. Property of the land. Rural êxodos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Mapa 1 – Mapa do município de Maximiliano de Almeida..... | 40 |
| Gráfico 1 = <Composição quanto ao sexo da população juvenil rural>..... | 44 |
| Gráfico 2 = <Faixa etária da população juvenil rural>..... | 44 |
| Gráfico 3 = <Composição quanto a cor da população juvenil rural>..... | 45 |
| Gráfico 4 = <Série em que está cursando a população juvenil rural>..... | 45 |
| Gráfico 5 = <Local da moradias dos jovens rurais>..... | 46 |
| Tabela 1- Localização dos jovens rurais quanto ao domicílio..... | 46 |
| Gráfico 6 = <Quantos membros é formada a família dos jovens rurais>..... | 47 |
| Gráfico 7 = <Quantos alunos possuem irmãos morando em outra cidade>..... | 47 |
| Gráfico 8 = <O trabalho seria o motivo para os irmãos dos alunos morar em outra cidade >..... | 48 |
| Gráfico 9 = <Se a família é proprietária de área rural>..... | 48 |
| Gráfico 10 = <Quantos hectares é formada a propriedade da família dos alunos>..... | 49 |
| Tabela 2- As atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade da família dos alunos..... | 49 |
| Gráfico 12 = <Alunos que pretendem seguir os estudos após concluir o ensino médio>..... | 51 |
| Gráfico 13 = <População juvenil rural que prosseguirá as atividades agrícolas após concluir o ensino médio>..... | 51 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 09 |
| 2 ORIGENS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL..... | 13 |
| 3 JUVENTUDE E O ÊXODO RURAL..... | 27 |
| 4 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL ESCOLARIZADA DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA..... | 38 |
| 4.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA..... | 38 |
| 4.1.1 Dados sobre o segmento da juventude rural escolarizada..... | 43 |
| 4.1.2 Notas sobre a entrevista coletiva realizada com jovens rurais escolarizados de Maximiliano de Almeida..... | 52 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 56 |
| REFERÊNCIAS..... | 60 |
| APÊNDICE A..... | 65 |

1 INTRODUÇÃO

O deslocamento de populações rurais para o espaço urbano é um fenômeno que está ocorrendo no Brasil e que se intensificou desde que o governo instituiu a lei de terras em 1850 que não permitiu a fixação dos escravos no campo. Depois foi acentuado com o projeto de industrialização nos anos de 1950. A industrialização foi implementada graças à disponibilização pelo Estado de recursos financeiros, e visava transformar o país de base econômica agrícola, para uma economia de base industrial, sob a bandeira do desenvolvimentismo. Em consequência dessa iniciativa a migração da população que residia no meio rural é cada vez mais consistente.

O jovem do meio rural é, entre as camadas da população rural, aquele que se deslocou em maior quantidade para o meio urbano, promovendo no meio rural o esvaziamento e um novo contingente de pessoas a disputar as ofertas de trabalho gerado no meio urbano. A população rural pode ser dividida em duas categorias quanto à propriedade da terra. Os latifundiários que são os proprietários de grandes extensões de terras e os minifúndios que são os proprietários de pequenas áreas rurais ou posseiros, meeiros, arrendatários e extrativistas.

Na agricultura camponesa a produção é para a subsistência da família e o excedente é comercializado. A população juvenil rural é a que mais recente quando o excedente da produção não é suficiente para o custeio das despesas cotidianas. Como consequência o jovem rural é atraído para o mundo do trabalho remunerado no espaço urbano. Entre os jovens os do sexo masculino, quando da implantação e desenvolvimento do projeto de industrialização foram os que mais deixaram o campo, enquanto, nos dias atuais são os jovens do sexo feminino os que mais deixam o campo. No território brasileiro há regiões com maior presença de camponeses em relação aos latifundiários. A região sul do país é o local que se encontra a maior concentração da agricultura camponesa e familiar, mas é na região nordeste que se encontra o maior número e a maior superfície territorial de agricultores familiares.

Diante deste fenômeno social chamado êxodo rural, elaborei o diagnóstico da juventude rural matriculada na rede de ensino do município de

Maximiliano de Almeida - RS, para elencar elementos sobre a razão do êxodo rural entre a população jovem.

Desta forma, o primeiro capítulo versa sobre como se originou a estrutura da propriedade da terra no Brasil. Em 1500, data em que os portugueses chegam ao território brasileiro encontrando os povos nativos que, conforme, Caio Prado Júnior em seu livro a “Formação do Brasil contemporâneo”, contava com cinco milhões de pessoas. Os portugueses ao tomarem posse deste território passaram a explorar as riquezas naturais, conseqüentemente tornando-as cada vez mais diminutas o que motivou o desenvolvimento de outros meios de produção.

O monopólio do uso da terra era da Coroa portuguesa. O território brasileiro foi dividido e administrado pelo sistema de capitanias hereditárias. A forma de produção adotada em nosso país foi a do *plantation*, destinando-o à exportação e utilizando mão-de-obra escrava.

No início do século XIX diante da situação de insubordinação dos escravos, da pressão dos ingleses e da emergência do movimento abolicionista, o governo brasileiro passou a introduzir práticas do capitalismo industrial europeu. Em concordância, em 1850 o imperador Dom Pedro II promulgou a Primeira Lei de Terras, Lei nº 601. A luta dos escravos e os movimentos que os apoiavam, culminou em 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, concedendo a liberdade e a proibição do trabalho escravo no Brasil.

Ao conquistarem a liberdade os escravos saíram de suas senzalas sem patrimônio algum. A migração dos escravos das fazendas para as cidades provocou a escassez de mão de obra no campo, em contrapartida, o governo brasileiro fez ampla campanha na Europa, para atrair os camponeses pobres, substituindo o trabalho escravo. Nesta imigração encontra-se importante contingente humano que formou o campesinato brasileiro.

O Brasil chegou no início do século XX com a atualização do velho modelo de produção agrícola e é visível a existência de camponeses habitando nosso território com aproximadamente vinte milhões de pessoas.

A falta de uma política fundiária que visasse a permanência no campo dos filhos dos camponeses e a prática capitalista que objetiva desterritorializar o camponês motiva a migração para o meio urbano. O clima de insatisfação dos camponeses pelas dificuldades em obter a posse da terra fez com que os mesmos buscassem se organizar de forma coletiva. O movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária no meio rural do país assumiu grandes proporções no início da década de 1960.

Em meados década de 50 e início da década de 60 a agricultura passa pelo processo de modernização, com a emergência da chamada “revolução verde”, seu desenvolvimento percorreu a premissa do aumento da produtividade agrícola por meio da tecnologia de controle da natureza, de base industrial – científico e que fortaleceu as desigualdades sociais no campo, a concentração de terra e retardou a reforma agrária. Por outro lado motivou o camponês a se organizar em movimentos sociais pela implantação da reforma agrária no Brasil. Neste sentido, na década de 80 a bandeira da reforma agrária volta à tona no dia a dia da sociedade brasileira, mas, a morosidade do governo brasileiro em atender as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e a organização dos latifundiários, promoveu um período de confrontos e mortes, manchando o chão do território brasileiro com sangue.

A implantação da política agrícola e a reforma agrária vêm percorrendo um processo moroso no que se refere à responsabilidade do governo brasileiro. Em consequência é o jovem rural o primeiro a deixar a terra, ou seja, em pleno ano de 2014 o êxodo rural continua a ser um problema social não resolvido.

No segundo capítulo o conceito de juventude é debatido entre as correntes que se posicionam, a corrente geracional e a corrente classista. Corrente aqui representando a imagem de procedência. Em ambas as correntes o conceito de cultura juvenil aparece associado ao de cultura dominante. Há um considerável número de trabalhos na área da juventude, ainda que não seja um tema tão privilegiado, incluindo o jovem rural. Neste sentido o processo de migração dos jovens tem sido recorrente quando se busca entender o processo da reprodução da agricultura familiar. Isso explica a

insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação.

Neste sentido é importante conceituar a agricultura camponesa e a agricultura familiar, apontar suas diferenças baseada em pesquisas e leituras feitas por teóricos como Ricardo Abramovay, entre outros.

A divisão da pequena área rural entre os membros da família e um conjunto de outros problemas relacionados às transformações das políticas de modernização capitalista da agricultura repercute na manutenção da propriedade, na baixa renda dos pequenos produtores e, de modo geral, em acreditar que na agricultura é possível ter condições de vida semelhantes ao do meio urbano.

No terceiro capítulo apresento um relato sobre a formação do Município de Maximiliano de Almeida, levando em conta, sua emancipação política-administrativa. E a caracterização da juventude rural escolarizada através do resultado da pesquisa censitária realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Divino Mestre, entre os alunos que a frequentam.

A pesquisa teve como atividade a aplicação de um questionário a todos os alunos que frequentavam a escola. Dos alunos respondentes, 79 disseram que sua família possuía ou trabalha em propriedade rural. É do grupo dos 79 alunos que o resultado do questionário será apresentado através de gráficos e tabelas. Deste grupo foram sorteados nove alunos para uma entrevista coletiva focada no tema deste trabalho. Algumas das manifestações dos alunos que foram entrevistados serão transcritas.

E nas considerações finais tentaremos analisar esses dados a luz das perspectivas teóricas que estudamos, identificando elementos que caracterizam a população juvenil rural escolarizada do ensino médio do município de Maximiliano de Almeida.

2 ORIGENS DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL

Para entendermos como se originou a estrutura da propriedade da terra no Brasil é prudente que se percorra pela construção da história brasileira. A partir de 1500 quando os portugueses chegam ao território brasileiro, nela existiam os povos nativos, que viviam em tribos em condição de nômades, e segundo Caio Prado Júnior em seu livro a “Formação do Brasil contemporâneo”, quando havia aproximadamente cinco milhões de pessoas vivendo neste território.

Esses povos viviam em relativa harmonia com a natureza e a terra, pois, extraíam tudo o que precisavam para a sua subsistência sem com isto provocar a destruição do meio ambiente. Em seus relatos, os portugueses que aqui chegaram sempre enalteceram a exuberância da natureza e da terra brasileira. Para algumas tribos de nativos a terra era a sua mãe em tudo o que lhes concedia suprimindo as suas necessidades. Neste sentido, em suas crenças religiosas acreditavam na deusa Mãe Terra, sobre a qual todos os seres vivos existem e o deus Sol fonte de energia e da permanente produção. Estes povos circulavam pelo território, conviviam em alianças ou guerras com outras tribos, porém não possuíam o sentimento de propriedade ou de posse, seja individual ou coletivo:

Os povos de nosso território pouco desenvolveram a agricultura. Domesticaram apenas algumas plantas existentes na natureza, em especial a mandioca, o amendoim, a banana, o abacaxi, o tabaco; muitas frutas silvestres também eram cultivadas. Essas tribos, em 1500, já cultivavam o milho, originário de outras regiões do continente, em especial da América Andina e da América Central, o que comprova a existência de intercâmbio e contato entre esses povos. (STÉDILE, 2005, p.18)

Com a invasão do território nativo pelos europeus em 1500, o povo autóctone se deparou com um povo com sentimento ganancioso. Conforme Stédile (2008, p.35) “chegaram como que movidos pela necessidade de acumulação, própria do capitalismo comercial [...] em busca de mercadorias, para levá-las à Europa e assim obter altas taxas de lucro na atividade mercantil.” Ou seja, não chegaram aqui apenas por um desvio de rota, mas com a intenção de explorar o novo território. No entanto, a exploração

constante das riquezas naturais tornou-as cada vez mais diminuta, não satisfazendo plenamente a ganância do colonizador:

No início, iludiram-se na busca do ouro; depois, porém, segundo nos explicam os historiadores, preocuparam-se em transformar outros bens naturais, como o ferro, a prata e outros minérios, em mercadorias. Mas logo perceberam que a grande vantagem comparativa de nosso território era a fertilidade das terras e o seu potencial para cultivos tropicais de produtos que até então os comerciantes buscavam na distante Ásia ou na África. Tal modelo de produção, sob a égide das leis do capitalismo, produzindo apenas produtos agrícolas e minerais para o abastecimento do mercado europeu, foi denominado pelos nossos historiadores de modelo agroexportador. A amplitude desse modelo era tal que, segundo as primeiras estatísticas macroeconômicas organizadas pelo Banco do Brasil em meados do século XIX, naquela época, a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido em nosso território. (STÉDILE, 2005, p.19)

Neste sentido o europeu desenvolveu outros meios de produção, com o mono cultivo agroexportador. Introduziram produtos consumidos na Europa, até então importados da Ásia, sobretudo da China e da Índia. Segundo Stédile (2008, p.35), “foi assim que eles introduziram no Brasil o cultivo da cana-de-açúcar, do algodão, do café, da pimenta-do-reino; desse modo trouxeram igualmente o gado das Ilhas Açores para a produção do couro”.

Pensando em suprir as necessidades da metrópole, os europeus buscaram desenvolver o cultivo de plantações, baseada na monocultura em grandes extensões de terra, dividida por alguns proprietários, com produção em larga escala. Para que este evento tivesse êxito era necessária a grande oferta de mão de obra. Neste sentido implantaram algumas culturas como a cana-de-açúcar, escravizaram os nativos como mão de obra no primeiro momento e, posteriormente importaram milhões de pessoas da África.

A monarquia portuguesa dava suporte para que este modelo de produção se desenvolvesse. Entre algumas medidas está a do monopólio do uso da terra pela Coroa portuguesa, que por sua vez delegava imensas áreas de terra aos empreendedores europeus, que vinham aqui produzir mercadorias na forma de concessão de uso da terra com direito a herança. Desta forma o território brasileiro foi dividido em 15 capitanias e administrado desde 1534 quando a Coroa portuguesa, através do rei D. João III instituiu o sistema de capitanias hereditárias, nome advindo da transmissão da posse da terra de pai

para filho. Este modelo consistia em colonizar o Brasil, evitando assim invasões estrangeiras. A divisão da terra brasileira em faixas no sentido horizontal, que partiam do litoral até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas, foi doada para nobres e pessoas de confiança do rei. A eles foi concedido o poder de administrar, colonizar, proteger contra as invasões e desenvolver a capitania. Tinham a incumbência de controlar e combater os nativos que eram resistentes a este modelo de colonização. A Coroa portuguesa oferecia em troca dos serviços realizados, além da posse da terra, a permissão de explorar as riquezas minerais e vegetais no interior de cada capitania.

Este modelo sofreu uma alteração em 1759 pelo Marques de Pombal, o qual aboliu a hereditariedade da posse da terra. Aquelas que não prosperaram voltavam para a Coroa portuguesa, que concedia a outro donatário, com novas dimensões e contornos. Este sistema perdurou até 28 de fevereiro de 1821. A mão de obra escrava é que mantinha este sistema de produção. Neste período se desenvolveram as grandes lavouras de cana de açúcar no nordeste brasileiro. Quanto à formação da sociedade brasileira o trabalho escravo provocou diferenças cruciais na relação de ordem social. Conforme Prado Júnior (1996, p. 282):

Quem não fosse escravo nem senhor era obrigado a viver como gente pobre, indivíduos sem eira nem beira. De acordo com Louis Couty, um observador dos problemas da escravidão e da lavoura de café, no Brasil, esse estudioso estrangeiro estimava uma população de 12 milhões de habitantes no último quartel do século XIX, metade constituída de gente que vivia ao deus-dará. Estes deserdados eram formados sobre tudo de pretos e mulatos ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu habitat nativo, mas ainda mal ajustados na nova sociedade em que os englobaram; mestiços de todos os matizes e categorias, que, não sendo escravos e não podem ser senhores, se veem repelidos de qualquer situação estável, ou pelo preconceito ou pela falta de posições disponíveis; até brancos, brancos puros (...), arrastando-se na indigência; os nossos poor whites, detrito humano segregado pela colonização escravocrata e rígida que os vitimou.

A forma de produção adotada em nosso país foi a do *Plantation* que consistia em organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos. Utilizavam modernas

técnicas de produção. Também produziam no interior dessas unidades os produtos necessários para a subsistência da mão de obra.

Mudanças no capitalismo inglês provocou uma reviravolta em todo o projeto colonial. No início do século XIX houve diversas revoltas de escravos e o imperialismo inglês era contrário ao tráfico de negros, não porque era humanista, mas porque os industriais ingleses haviam percebido que era mais vantajoso manter a mão de obra assalariada que os altos custos da mão de obra escrava. Desta forma o capitalismo inglês pressionava para o fim do tráfico de africanos, influenciando que as colônias adotassem o trabalho assalariado.

Foi frequente em nosso território brasileiro muita revoltas de escravos, contrariando assim a premissa de trabalhar para produzir, causando enormes prejuízos econômicos às propriedades rurais. Diante desta situação de insubordinação dos escravos, da pressão dos ingleses e da emergência do movimento abolicionista, o governo brasileiro passou a introduzir práticas do capitalismo industrial europeu. Em concordância, em 1850 o imperador Dom Pedro II promulgou a Primeira Lei de Terras, Lei nº 601, que na prática resultava na introdução da propriedade privada no Brasil. Segundo Stédile (2005, p.23):

Ou seja, a lei proporciona fundamento jurídico à transformação da terra - que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política - em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço. A lei normatizou, então, a propriedade privada da terra. Uma segunda característica estabelecia que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras. Poderia transformar sua concessão de uso em propriedade privada, com direito à venda e compra, mas para isso deveriam comprar, portanto, pagar determinado valor a Coroa.

Em decorrência dessa Lei de Terras surgem os proprietários de grandes extensões de terras (latifúndio), pois determina que as terras públicas ou devolutas só pudessem ser adquiridas por meio da compra, o que limitou o acesso à terra de quem não tivesse condições econômicas para a sua aquisição, entre os quais, os escravos libertos. Outra medida tomada pelo governo brasileiro foi reforçar o papel hegemônico do proprietário de terra, institucionalizando e legitimando o seu mando através da multiplicação de

patentes de oficiais da Guarda Nacional, reforçando a existência do “Coronel” que, além do poder econômico, incorpora o poder político. Conforme Guillermo Palacios (2009, p.175):

O coronelismo, portanto, além (e a despeito) de ser um instrumento de poder político local, foi um ingrediente fundamental de controle da nova força de trabalho e um expediente ideal, pelo seu forte conteúdo de autoritarismo e arbítrio, de legitimação da nova ordem rural.

O conflito pela posse da terra foi inevitável entre os poucos proprietários e os muitos não proprietários.

Os trabalhadores escravizados continuaram fugindo, continuavam se rebelando. Multiplicaram-se os quilombos. Multiplicaram-se nas cidades, movimentos de apoio ao abolicionismo. O tema era a grande questão entre os partidos e as elites. Chegou a surgir o movimento dos Caifases, um movimento clandestino organizado entre os filhos brancos da classe média urbana que ajudavam os trabalhadores escravizados a fugirem das senzalas. (STÉDILE, 2005, p.23)

A luta dos escravos e os movimentos que os apoiavam, culminou em 1888 com a assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, concedendo a liberdade e a proibição do trabalho escravo no Brasil. Ao conquistarem a liberdade os escravos saíram das senzalas literalmente nus, sem patrimônio algum, portanto, sem condições econômicas de adquirir terras do governo Brasileiro, sendo assim lhes foi tirado a oportunidade de ser camponeses.

Com a libertação dos trabalhadores escravizados - oficializada pela Lei Áurea, de 1888 - e, ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo "livremente" sua força de trabalho. A lei de terras é também a "mãe" das favelas nas cidades brasileiras. (STÉDILE, 2005, p.23)

A migração dos escravos das fazendas para as cidades provocou a escassez de mão de obra no campo. Este evento exigiu do governo brasileiro medidas para disponibilizar mão de obra necessária para dar prosseguimento ao modelo agrícola exportador existente no país. Neste sentido o governo brasileiro fez ampla campanha na Europa para atrair os camponeses pobres, a fim de encontrar no Brasil oportunidades de trabalho, substituindo o trabalho escravo. Nesta imigração encontra-se importante contingente humano que

formou o campesinato brasileiro. Cabe aqui ressaltar o que alguns pesquisadores definem por campesinato:

Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos e infraestruturas tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (COSTA; CARVALHO, 2012, p.115)

E conforme Eduardo Sevilla Gusmán (2005, p.78):

Uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais ou específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de "camponesidade".

Com promessa de receber terras do governo brasileiro, os camponeses pobres principalmente da Itália, Alemanha, Espanha, Polônia vieram para o Brasil, segundo Stédile (2005, p.24):

Com a promessa do "eldorado", com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhões de camponeses pobres da Europa. Parte dos migrantes foi para o Sul do país, pela maior disponibilidade de terras e pelo clima, "recebendo" lotes de 25 a 50 hectares; parte foi para São Paulo e para o Rio de Janeiro, não recebendo terras, mas sendo obrigados a trabalhar nas fazendas de café, sob um novo regime denominado colonato. Todos os camponeses colonos que "receberam" terras no Sul tiveram de pagar por elas e isso os obrigou a se integrarem imediatamente na produção para o mercado.

Desta forma o campesinato se alastra para o território brasileiro, originado por duas vertentes:

A primeira trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país. Não tinham a propriedade privada da terra, mas a ocupavam, de forma individual ou coletiva, provocando, assim, o surgimento do camponês brasileiro e de suas comunidades. (STÉDILE, 2005, p.25)

O Brasil chegou ao início do século XX com a atualização do velho modelo de produção agrícola motivado pela migração de outros povos, fim da escravidão e o término da primeira guerra mundial. Agora é visível a existência de camponeses habitando nosso território com aproximadamente vinte milhões de pessoas.

O modelo agrícola adotado durante todo o século XX foi o que combinava duas formas básicas de produção: por um lado, a grande produção capitalista dos fazendeiros, da oligarquia rural que seguiu o monocultivo de produtos dedicados a exportação – o açúcar, o café e o cacau – e, mais tarde, incluíram na pauta a soja, a laranja e a carne bovina. Por outro, com o desenvolvimento agora de um novo setor social dos camponeses, induzidos pela política estatal para fabricar produtos alimentícios para o mercado interno e assim abastecer as fábricas e os operários que passaram a viver nas cidades e que precisavam de alimentos baratos para poder sobreviver com baixos salários e com isso suportarem altas taxas de lucro que a implantação da indústria no Brasil impôs a toda a sociedade. (CASALDÁLIGA, 2008, p.37).

A falta de uma política fundiária que visasse à permanência no campo dos filhos dos camponeses provocou a migração dos mesmos para a cidade, servindo de mão de obra barata, ou seja, exército de reserva para o parque industrial que estava sendo implantado no território brasileiro, que era baseado na lógica da produção industrial dos países desenvolvidos.

O clima de insatisfação dos camponeses pelas dificuldades em obter a posse da terra fez com que os mesmos buscassem se organizar de forma coletiva, originando assim os movimentos sociais, que começam a pressionar o governo brasileiro para garantir condições aos camponeses do direito pela terra. O movimento em prol de maior justiça social no campo e da reforma agrária no meio rural do país assumiu grandes proporções no início da década de 1960.

No entanto, foi só no ano de 1964 é que foi instituído o Estatuto da Terra, através da lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, no governo do regime militar, em resposta às lutas camponesas. O estatuto da terra foi elaborado como objetivo de conduzir de forma segura a reforma agrária e promover o desenvolvimento da agricultura através de uma política agrícola. Porém, a promessa de reforma agrária tinha sido uma estratégia do governo em conluio

com os latifundiários para apaziguar o campo, diante da insatisfação dos camponeses, tranquilizando os grandes proprietários.

Em meados da década de 50 e início da década de 60 o campo é sacudido com o processo de modernização, com a emergência da chamada “revolução verde”, ocasionado mudanças tanto na agricultura como na pecuária no Brasil. A revolução verde consistia basicamente no cultivo de variedades de alta produtividade. Iniciado no período pós-guerra com o desenvolvimento intensivo de novas tecnologias buscava o aumento da oferta de alimentos, diante do medo dos países destruídos pela segunda guerra mundial em ser atingidos pela fome, pois, naquele período, se acreditava que a fome e a miséria era originada por uma agricultura de baixa produtividade.

Seu desenvolvimento percorreu a premissa do aumento da produtividade agrícola por meio da tecnologia de controle da natureza, de base industrial - científico. Para tanto foi empregado o uso de insumos químicos, sementes de laboratório, mecanização de grandes extensões de terra e irrigação, além da propaganda do uso tecnológico casado com uma base ideológica da valorização do progresso. Lembrando que este processo havia dado seu pontapé inicial ainda no século XIX, mas, é em meados do século XX que rompe completamente com o modelo de agricultura até então desenvolvido.

No entanto, desde sua implantação os defensores da “revolução verde” encontraram manifestações contrárias à idéia de que através da melhoria das técnicas de produção, teria fim a falta de oferta de alimentos. O desenvolvimento da tecnologia genético-química obteve grande produtividade em meados dos anos 60.

Entretanto, foram surgindo críticas em decorrência dos inúmeros impactos sociais e ambientais gerados por ela, com destaque para a perda de variedades antigas e a perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícias. (CASÁLDALIGA, 2008, p.40).

Neste sentido, há os que enaltecem a “revolução verde” e justificam, que, se houve problemas, eles poderiam ser resolvidos com inovações tecnológicas.

Em sentido oposto houve os que defendessem que a “revolução verde” teria causado problemas sociais, econômicos e ecológicos, e em

consequência, causou profundos impactos na estrutura da sociedade. Teria contribuído para a intensificação da desigualdade social, sobre tudo entre as populações do campo, em consequência da dependência dos pacotes tecnológicos desenvolvidos pelas grandes empresas. Sem contar que importantes reivindicações sociais como a reforma agrária imediata ficaram em segundo plano.

Sobre estes aspectos a “revolução verde” é considerada um novo paradigma em relação a revolução agrícola ocorrida no século XVIII, a qual tinha como base a integração entre atividades agrícolas e pecuária, com o plantio de forragens, no sistema de rotação de culturas, contribuindo na elevação da fertilidade do solo, com o desenvolvimento das variedades de sementes dos agricultores, sem depender de empresas fabricantes de insumos.

Em meados do século XIX, a formulação de teorias científicas com base em experimentos levou aos adubos químicos e à seleção de características genéticas nas plantas, como resultado dos trabalhos do químico Justus von Liebig – que criou o laboratório de química e descobriu que as plantas alimentícias cresciam melhor e tinham maior valor nutritivo quando eram adicionados ao seu cultivo elementos químicos – e dos experimentos com ervilhas feitos por Gregor Mendel com o objetivo de entender as características hereditárias dos seres vivos. (PEREIRA, 2012, p.688)

Desta forma o conhecimento do agricultor passado de geração em geração sofreu modificações radicais. Agora é no laboratório que se descobre a variedade de semente mais produtiva, adaptada a variação climática, aliado a utilização dos fertilizantes químicos e não mais a matéria orgânica acumulada por longo período, contando com a orientação do técnico (vendedor) das empresas fabricantes, com suas representações atingindo a maior parte do território brasileiro.

O trabalho do camponês foi modificado na sua relação com o meio ambiente. Antes realizado de maneira integrado, pensando no dia de amanhã, que não provocasse a destruição de seu habitat e com a possibilidade de ser desfrutado pelas futuras gerações, ou seja, existia uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza.

Em decorrência desse processo de uso intensivo de insumos de origem industrial, com a utilização de grandes áreas de terra para o plantio de monoculturas, o aumento da migração dos camponeses para as cidades, segundo Pereira (2012, p. 687) ocorreu:

Da dependência da agricultura em relação à indústria e às corporações, dependência do agricultor da ciência e da indústria, desterritorialização dos camponeses, invasão cultural e contaminação do ser humano e do ambiente como um todo.

A utilização desse novo pacote tecnológico requereu o investimento econômico alto, o que se transformou em mais um motivo para o camponês deixar a sua atividade. O financiamento pelo governo foi priorizado para os grandes proprietários de terra, pois é nestas áreas que se implantou a monocultura que atingiu a alta produtividade. O aumento do êxodo rural foi uma consequência imediata e de grande proporção no território brasileiro.

O conteúdo ideológico da modernização impulsionada pela “revolução verde” na agricultura, segundo Almeida (1997, p.39) incorpora quatro elementos ou noções:

A noção de crescimento (ou de fim da estagnação e do atraso), ou seja, a idéia de desenvolvimento econômico e político; a noção de abertura (ou do fim da autonomia) técnica, econômica e cultural, com o conseqüente aumento da heteronomia; a noção de especialização (ou do fim da polivalência), associada ao triplo movimento de especialização da produção, da dependência à montante e à jusante da produção agrícola e a inter-relação com a sociedade global; e o aparecimento de um tipo de agricultor, individualista, competitivo e questionando a concepção orgânica de vida social da mentalidade tradicional.

O desenvolvimento do setor agropecuário juntamente com o setor industrial promove mudanças significativas a economia brasileira. A indústria passa a fornecer os insumos necessários para o desenvolvimento de técnicas mais apuradas, no setor primário. Na década de 70 este modelo tem um impulso considerável. O setor industrial desfrutando do incentivo do governo brasileiro atraiu investimentos de capitais estrangeiros. Neste período é que foram instaladas as principais fábricas de inseticidas, de tratores e de grandes agroindústrias de laticínios e de derivados de carnes.

Este modelo possibilitou o fortalecimento de grandes proprietários de terra que produzem em grande escala dirigindo seus produtos para o mercado interno conforme Stédile (2005, p.26):

Nasce com o cultivo do trigo, no Sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria.

Os camponeses permaneceram com a sua luta pelo direito da terra e, enquanto este direito não era efetivado:

Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão-de-obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, foi, assim, um período histórico em que praticamente todas as famílias camponesas enviaram seus filhos para as cidades, no Sudeste e no Sul do país, para serem operários nas fábricas. O êxodo contínuo de mão-de-obra camponesa cumpria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria. Os camponeses também cumpriram a função de produzir, a baixos preços, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária. O Estado brasileiro administrava rigorosamente os preços dos produtos alimentícios, produzidos pelos camponeses, para que os mesmos chegassem a preços baixos na cidade. Por essa razão, existe até hoje uma relação direta entre o preço da cesta básica dos produtos alimentícios de sobrevivência da classe trabalhadora urbana e o preço da força de trabalho, que é fixado no salário mínimo. Os camponeses foram induzidos a produzir matérias-primas agrícolas para o setor industrial. (STÉDILE, 2005, p.28)

O embate cotidiano do camponês com o grande proprietário de terra, fortalecido pelo modelo de desenvolvimento agrícola, implementado pelo governo brasileiro fortaleceu as desigualdades sociais no campo, a concentração de terra e o enfraquecimento da reforma agrária. O crescente êxodo rural aliado a crises econômicas, que provocaram desemprego industrial e a supressão de oferta de emprego às populações não especializadas oriundas do campo, resultou em a organização do campo através dos sindicatos de trabalhadores rurais no ressurgimento do movimento pela implantação da reforma agrária no Brasil. Neste sentido a década de 80 é palco de consolidação do movimento pela distribuição da terra aos camponeses. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um desses movimentos

formado e a partir desse momento, passando a capitanear a mobilização para a realização definitiva da reforma agrária.

A ocupação de propriedades improdutivas, que não estavam cumprindo com a função social, passa ser uma constante na vida do povo brasileiro. Amparados pela constituição democrática de 1988, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em pouco tempo se organiza em grande parte do território brasileiro, com grande quantidade de militantes em busca de um pedaço de terra.

A bandeira da reforma agrária volta à tona no dia a dia da sociedade brasileira, mas, a morosidade do governo brasileiro em atender as reivindicações do MST, e a organização dos latifundiários, promoveu um período de confrontos e mortes, manchando o chão do território brasileiro com sangue, derramado pela conquista da terra. Com a crescente tensão no campo brasileiro, o governo deste país estabeleceu metas para desapropriação de terras com a finalidade de reforma agrária. Porém, a má vontade do governo através de seus órgãos responsáveis e o seu compromisso com setores conservadores da sociedade brasileira, resultaram em poucas áreas desapropriadas e que foram destinadas para assentamento de agricultores, diante do número expressivo de indivíduos que estavam à espera de terra para produzir alimentos.

A luta pela terra se intensifica na década de 80 e na década de 90, e junto à luta da terra, o movimento mantém na sua pauta de reivindicação a implantação de uma política agrícola, definida para oferecer melhores condições aos camponeses, sejam eles oriundos dos assentamentos da reforma agrária ou os pequenos agricultores existentes em nosso país. Desta forma o movimento pela terra se torna forte e abrangente, contando com o apoio e a organização dos trabalhadores rurais através dos sindicatos filiados a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores (DNTR/CUT) e da Via Campesina.

Quanto a Via Campesina que foi criada em 1992, é uma articulação que congrega diversas organizações camponesas da Ásia, África, América e

Europa e o seu objetivo é a construção de um modelo de desenvolvimento da agricultura, que garanta a soberania alimentar como direito dos povos de definir sua própria política agrícola, bem como a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento com socialização da terra e da renda. No Brasil estão vinculados à Via Campesina: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Comissão Pastoral da Terra - CPT e Associação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR.

Neste sentido o governo brasileiro toma algumas medidas em relação a política agrícola, entre elas, a introdução do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF), no ano de 1996 através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso que, altera o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que havia sido implantado no ano de 1994, no governo de Itamar Franco. Este programa foi o embrião da primeira política pública destinada aos agricultores familiares. Para Neves (2012, p.38) o termo agricultura familiar expressa:

Na conquista desse reconhecimento acadêmico, político e jurídico, a agricultura familiar pode, em termos bem gerais ou abstratos, ser consensualmente assim conceituada: modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, à direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado.

Através do PRONAF o governo brasileiro estabelece medidas de financiamento para o pequeno agricultor. No primeiro momento apenas para o custeio da safra e com o decorrer do tempo para a infraestrutura, ou seja, para a construção das instalações e da aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, através do PRONAF investimento. A principal característica desse financiamento é a de oferecer ao camponês recursos com juros subsidiados pelo governo. Neste sentido o governo abrange parte significativa da agricultura camponesa, que para Carvalho et al (2012, p.31) conceituam como:

Já a expressão agricultura camponesa comporta, na sua concepção, a especificidade camponesa e a construção da sua autonomia relativa em relação aos capitais. Incorpora, portanto, um diferencial: a perspectiva maior de fortalecimento dos camponeses pela afirmação de seu modo de produzir e de viver, sem com isso negar uma modernidade que se quer camponesa.

A implantação da política agrícola e a reforma agrária vêm percorrendo um processo moroso no que se refere à responsabilidade do governo brasileiro. Atravessamos a década de 90, chegamos ao ano 2000 em que as expectativas eram grandes, e se esperava essas políticas serem implantadas de uma vez por todas. Porém, ao chegar ao ano de 2014, a reforma agrária ainda é uma meta a ser atingida e a política agrícola, com alguns avanços, mas é insuficiente diante da necessidade e da urgência das demandas do setor. Portanto, as famílias dos camponeses continuam a viver na ameaça do dia do amanhã não estar mais no campo, deixando esta atividade e se dirigindo para a cidade na perspectiva de se tornar mão de obra assalariada. Neste sentido, é o jovem rural o primeiro a deixar a terra, ou seja, em pleno ano de 2014 o êxodo rural continua a ser um problema social não resolvido.

3 JUVENTUDE E O ÊXODO RURAL.

O termo juventude instiga o debate sociológico a respeito de um conceito que parece ser auto-evidente. Considerava-se que juventude seria um período da vida relacionada com um tempo de rebeldia, com situações de risco, o condicionamento de elementos como educação, gênero ou classe social. O modo de vida dos jovens pode ter relação com as mudanças estrutural, cultural e social ocorridas na sociedade. Conceituar juventude é entre outras, ao menos contemplar a dupla dimensão: “A dimensão biológica. E, ao mesmo tempo, uma dimensão histórica e cultural, que está imbricada na própria definição do termo.” (DAYRELL, 2011, p.14)

Sobre o conceito de juventude podemos considerar que não há unanimidade em sua definição assim como existem diversas juventudes, diversas formas de ver, há diferentes teorias que buscam sua explicação. No entanto podemos considerar há existência de pelo menos duas correntes que se posicionam com referencia a este conceito. A corrente geracional e a corrente classista. Corrente aqui representando a imagem de procedência.

A corrente geracional segundo PAIS (1990, p. 156) defende que:

Os signos de continuidade e descontinuidade intergeracional poderão manifestar-se de duas formas: por um lado, e na medida em que são alvo de processos de socialização através de instituições sociais específicas, como a família ou a escola, as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência quotidiana toda uma série de crenças, normas, valores e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de signos de *continuidade intergeracional*. Por outro lado, e na medida em que essa interiorização de signos não é feita de uma forma nem indiscriminada nem passiva, gerar-se-iam fraccionamentos culturais entre as várias gerações, fraccionamentos esses que teriam a ver, entre outras razões: com a própria consistência da cultura transmitida pelas instituições sociais dominadas pelas gerações mais velhas; com os comportamentos e atitudes do «mundo adulto» tal como são percebidos pelos jovens; e, finalmente, com os próprios processos de transformação social e de integração funcional das várias gerações. De acordo com as teorias da *socialização contínua*, os fraccionamentos culturais intrageracionais não expressam, de modo algum, flagrantes descontinuidades sociais. Pelo contrário, o que caracterizaria a atual geração jovem seria o poder, inédito até hoje, negado a gerações anteriores: o poder de influir no mundo adulto, ao propor pautas e estilos de que os mais velhos aceitariam, muitas vezes com avidez. A juventude converter-se-ia, pois, num *grupo de referência externa*, do qual se «copiariam» ou «institucionalizariam»

determinados símbolos de *status* juvenil: agilidade, boa forma física, aparência juvenil, disposição festiva, etc .

Dessa forma a faixa etária é considerada como a variável superior sobre as variáveis sócio – econômicas, sem a devida correspondência entre uma faixa etária e um universo de interesses culturais idênticos.

Em outro sentido para a corrente classista:

A reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais (...) a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por mecanismos de reprodução classista, não apenas ao nível da divisão sexual do trabalho, mas também a outros níveis. (PAIS, 1990, p. 157)

Em ambas as correntes o conceito de cultura juvenil aparece associado ao de cultura dominante:

Para a corrente «geracional», as culturas juvenis definem-se por relativa oposição à cultura dominante das gerações mais velhas; para a corrente «classista», as culturas juvenis são uma forma de «resistência» à cultura da «classe dominante», quando não mesmo a sua linear expressão. Daqui resulta que, de um ou de outro modo, as culturas aparecem subordinadas a uma rede de «determinismos» que, estruturalmente, se veiculariam entre «cultura dominante» e «subculturas». Para a corrente «geracional», nos aspectos em que as «subculturas» se conseguissem libertar desses «determinismos», haveria lugar ao estabelecimento de relações de natureza «desviante» e não raras vezes as «subculturas juvenis» são *funcionalmente* entendidas como culturas «desviantes» relativamente à cultura dominante das gerações mais velhas. (PAIS, 1990, p. 160)

Neste sentido, o antagonismo de gerações, nas mais diversas sociedades, é marcado por atos de contestação motivados pela supremacia dos adultos na sociedade. Ser adulto na sociedade moderna significa corresponder a expectativas que a mesma impõe a cada um, o que faz uma tarefa às vezes um tanto árdua. Segundo Madeira (1986, p. 17), a juventude é a:

Etapa de transição entre a infância e a vida adulta. E nesse sentido deve-se assinalar que a transição para o mundo adulto não se dá de forma única. Quase sempre se trata de uma série de mudanças paralelas ou consecutivas que variam histórica e culturalmente.

Nesse sentido, nenhum limite filosófico cabe para identificar fases da vida culturalmente determinadas. Portanto, como sugere Pais (1996):

os jovens devem ser vistos, analisados e estudados, profundamente, através de seus cotidianos, a partir de seus contextos vivenciais (...)

só assim será possível decifrar a natureza das continuidades e descontinuidades intergeracionais.

No entanto, os primeiros estudos que objetivavam definir o conceito de juventude o fizeram demonstrando as funções sociais desta etapa da vida. Analisando os jovens em uma fase da vida anterior aquela em que o indivíduo era considerado adulto. Identificando as características comuns à categoria juvenil concluíam ser ela uniforme. Pois, tinham características próprias por terem, numa dada fase da vida, partilhados juntos, uma série de experiências em comum.

Entre os trabalhos podemos citar o de Souza (1998), no qual realiza algumas considerações sobre a cultura adolescente - juvenil. No trabalho, o autor recupera os estudos realizados por Edgar Morin que, através de minuciosa análise da sociedade moderna, aponta alguns fatos significativos que permitiram a formação da juventude. Entre estes fatos, nas suas devidas proporções, e com diferenças entre vários países, destaca, além da escolaridade prolongada,

A urbanização, a diminuição da importância do setor primário e da população camponesa, modificação da estrutura da PEA (diferenciação da PEA urbana, aumento das ocupações técnicas e não manuais, ampliação do assalariamento), crescimento numérico e da importância política das classes médias (criação de um espaço mesocrático nas sociedades), expansão da educação e aumento da escolarização, crescimento dos serviços sociais do Estado, crescimento dos meios de comunicação de massa (SOUZA, 1998, p. 50).

Entretanto,

[...] a existência de uma identidade jovem assim demarcada, não permite falar genericamente da juventude brasileira. [...] Os jovens estão divididos por sexo, em rurais, urbanos e metropolitanos, ricos, remediados e pobres, integrados e marginalizados, do Norte e do Sudeste, jovens filhas, jovens mães, trabalhadores, estudantes, trabalhadores-estudantes. Naturalmente, cada uma das situações específicas, vividas pelo jovem, delimita a onipotência, as aspirações, os limites que os códigos sociais escritos e não escritos determinam, o nível de conflito, a maior ou menor responsabilidade (MADEIRA, 1996, p. 18).

Há um considerável número de trabalhos na área da juventude, conforme Castro (2007, p. 128) aponta que a juventude estaria integrada “na ordem do dia, ainda que não seja um tema tão privilegiado em termos de recursos para pesquisa”, uma vez que segundo a pesquisadora a juventude

“nunca foi um tema privilegiado nem mesmo dentro do campo de debate sobre a questão agrária”, embora essa conjuntura esteja em franca mudança.

Outros pensadores reafirmam que se vive um período onde são “numerosos” os trabalhos sobre jovens do meio rural (WANDERLEY, 2007), ressaltando que cada trabalho tem procurado enaltecer algum aspecto sobre a vida do jovem rural, até porque, não são todos iguais. Entretanto o processo de migração dos jovens tem sido recorrente quando se busca entender o processo da reprodução da agricultura familiar. Para Brumer entre outros aspectos, dois são recorrentes quanto a juventude rural, “a tendência emigratória dos jovens e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração” (2007, p. 36).

Neste sentido, configura-se um processo de esvaziamento do campo, através da permanência de poucos jovens, ameaçando a reprodução da agricultura familiar. Desse modo, a “invisibilidade e a migração, parecem fortalecer se mutuamente, criando um círculo vicioso em que a falta de perspectivas tira dos jovens o direito de sonhar com um futuro promissor no meio rural” (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

Por conta dessa diversidade temática e, por consequência, analítica e teórica, a juventude tem sido considerada como ciclo de vida, geração, faixa etária, representação social, cultura ou modo de vida. (WEISHEIMER, 2005; FREIRE & CASTRO, 2007). Além da consideração relativa ao matrimônio como identifica Wanderley: “a distinção entre casado e não casado está na base das representações sociais da juventude”. (2007, p. 22).

O processo de categorização, ou mesmo de preocupação com a juventude rural se manifesta, como assinala Castro, na problemática da saída dos jovens do meio rural. É a partir deste fenômeno que passam a ser objeto de estudo. No caso de jovens rurais, temos questões que dizem respeito a estarem nessa realidade, ou não, com esses múltiplos contextos e com a posição de hierarquia da cidade frente ao campo. Isso explica a insistência em um tema que parece sempre o ponto de partida, o “tema problema”: a migração, a permanência ou a saída do campo, a circulação.

[...] o que não é novo. Existem trabalhos desde o século XIX falando sobre a migração de jovens do campo para a cidade. Mais

especificamente, os estudos do campesinato realizados nas décadas de 1960, 1970 e 1980, contribuíram muito para a discussão, ainda que jovem/ juventude não fosse a categoria-chave de análise (CASTRO, 2007, p. 131).

Predominam estudos que privilegiam, sobretudo, a dimensão do trabalho, deixando uma lacuna sobre a inclusão desses jovens rurais nas demais esferas da vida (STROPASOLAS, 2006, p. 18). O que se observa, pela falta de unanimidade em definir, pelos especialistas neste assunto o que vem a ser agricultura camponesa e agricultura familiar. Neste sentido vale mencionar nos trabalhos de Abramovay (apud STROPASOLAS, 2006, p.115) que, “concebe a agricultura familiar como aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”.

Existem características específicas da agricultura camponesa entre as quais:

Os saberes e as experiências de produção vivenciados pelas famílias camponesas para a reprodução de novos ciclos produtivos. O intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constitui um amálgama que contribui para as decisões familiares. A alternatividade de utilização dos produtos obtidos, seja para uso direto da família, seja para usufruir de oportunidades nos mercados, e presença de diversas combinações entre produção, coleta e extrativismo. A solidariedade comunitária (troca de dias de serviços, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos por vezes impregnam as práticas da produção, existem relações afetivas e simbólicas com as plantas, os animais, as águas, com a paisagem... e com os tempos. Neste sentido a aceitação da concepção, no Brasil contemporâneo, de que a agricultura camponesa é expressão de um modo de se fazer agricultura distinta do modo de produção capitalista dominante, e, nesse sentido, o campesinato se apresenta na formação social brasileira com uma especificidade, uma lógica que lhe é própria na maneira de produzir e de viver, uma lógica distinta e contrária à dominante. (CARVALHO; COSTA, 2012, p.31)

A agricultura camponesa e a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança e soberania alimentar do Brasil, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno (BRASIL, 2006).

Destaca-se pelas condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência, por meio de diversificados sistemas de produção, que

contribuem principalmente para o desenvolvimento de pequenos municípios (LOURENZANI, 2006). Com o reconhecimento da agricultura familiar a partir do ano de 2006, através da Lei n. 11.326, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Segundo estatísticas do IBGE a agricultura familiar e a agricultura camponesa no Brasil é o modelo majoritário de produção no campo e ainda é mais expressiva na região sul do País.

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos no Brasil, mas apesar dessa proporção, ocupam somente 30,5% da área total. Na região Sul a agricultura familiar é representada por 90,5% dos estabelecimentos rurais, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do valor bruto da produção (VBP) regional (STROPASOLAS, 2006, p.116).

Neste sentido foram elaboradas políticas públicas que visavam incentivar e desenvolver os agricultores familiares e camponeses, porém, não específica aos jovens. Talvez seja um motivo de não diminuir o êxodo e os processos migratórios da juventude, embora tivesse aumentado o crescimento econômico em determinada região com predominância de agricultores familiares e camponeses. No entanto, estudiosos sobre as questões agrárias vêm desde longa data chamando a atenção para a crise da produção familiar e da reprodução do ofício de agricultor para as novas gerações. O desenvolvimento dessa atividade pelos filhos não representa ser o principal atrativo.

As evidências sugerem que os jovens reclamam por mudanças na condição social dos agricultores na sociedade e nos valores que fundamentam as relações de gênero e geração na agricultura familiar, todavia, por não encontrarem espaço para as transformações, muda-se para a cidade (STROPASOLAS, 2003, P. 150).

A divisão da pequena área rural entre os membros da família e um conjunto de outros problemas relacionados às transformações das políticas de modernização capitalista da agricultura repercute na manutenção da propriedade, na baixa renda dos pequenos produtores e, de modo geral, em acreditar que na agricultura é possível ter condições de vida semelhantes ao meio urbano. Abramovay et al (1998), assinalam que o desejo destes jovens de se tornarem proprietários de terra “cai conforme declina a categoria de renda

considerada” enquanto “a aspiração por viver na cidade é tanto maior quanto menos promissor o horizonte de geração de renda no estabelecimento paterno”. Sendo assim, mesmo que haja o desejo de permanecerem na terra, onde são mais capacitados, partem para novos desafios em centros urbanos com o objetivo de ampliar suas oportunidades. Neste sentido o caminho a ser trilhado pelos jovens rurais leva a troca do campo pelo mundo urbano.

Segundo pesquisa conduzida pela UNIVATES/FETAGRS/MDA em 28.756 propriedades rurais, localizadas em 37 municípios que compõe a região do Vale do Taquari, no Rio Grande do Sul realizada com o tema da dinâmica populacional e sucessão da agricultura familiar, os fatores que mais atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades são:

Salário constante, trabalho menos penoso, mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre), possibilidade de estudo, liberdade de escolha de opções de trabalho, possibilidades maiores de aposentadoria, mais lazer, vida social mais intensa, melhor *status*. (2005, p. 86)

Por outro lado, Bamat e Ieno Neto (1998), em pesquisa a assentamentos rurais no estado da Paraíba, mostram que muitos jovens rurais gostariam de dar continuidade aos lotes que seus pais receberam, mas com a “possibilidade de acessarem as facilidades e conforto, como educação, transporte, lazer, utilização de máquinas para o trabalho nas propriedades, celular, televisão, computador e outros benefícios até então privilégios do meio urbano”. Estas reivindicações demandadas pelos jovens abrem possibilidades para que eles participem do desenvolvimento da comunidade.

Segundo Abramovay e Camarano (1998), nas últimas décadas ocorreu no Brasil:

Um intenso esvaziamento no campo, principalmente de jovens em busca de melhores oportunidades de trabalho, com predominância da migração feminina para centros urbanos. Estas são duas faces de uma realidade que vem acarretando o envelhecimento da população e a masculinização do meio rural. Observam também que a queda de fecundidade no meio rural contribui igualmente para a diminuição da população camponesa no Brasil.

Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes. Na década de 1960, predominavam as migrações na faixa etária de 40 a 49 anos. A cada década, a

concentração etária das migrações foi caindo, para atingir, nos anos 1990, sobretudo o grupo entre 15 e 19 anos (CAMARANO E ABRAMOVAY, 1997, p. 48).

Em 1991, o número de rapazes na faixa de 15 a 19 anos é superior em 13% ao número de moças e, na faixa de 20 a 24 anos, 12% superior. Mais recentemente, este processo de “masculinização do meio rural” vem atingindo não apenas o meio rural, mas também os pequenos municípios do interior (ABRAMOVAY, R. 1998). Estes dados ressaltam o que se pode chamar “esvaziamento do campo”. Revela também que é mais severo com as jovens, em parte justificado por trabalhar em serviços considerado mais leves, tendo em vista a atividade múltipla que a mulher desenvolve junto a propriedade rural.

Estas situações provocam um desinteresse por parte das moças na continuidade da vida no campo, que acabam atraídas pelos centros urbanos em busca de trabalho remunerado e reconhecimento, bem como uma melhoria de vida. Essa predominância de mulheres migrando para a cidade não está ligada às condições favoráveis para esse gênero no mercado de trabalho urbano, mas, sim, à desvalorização do seu trabalho no campo e à falta de perspectivas que elas vivenciam. (ABRAMOVAY et al, 1998)

Segundo resultados de uma pesquisa conduzida por Silvestro *et al* (2001) em dez municípios representativos da agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina, da qual participaram pais e filhos de 116 estabelecimentos rurais, as diferenças nas respostas segundo as unidades pesquisadas estão apoiadas em três estratos de renda:

a) consolidadas (mais de três salários mínimos/mês/por pessoa ocupada); b) em transição (renda entre um e três salários mínimos/mês/pessoa ocupada); c) periféricas (renda inferior a um salário mínimo/mês/pessoa ocupada). A pesquisa revela que o desejo de permanecer na profissão agrícola é maior entre os rapazes do que entre as moças, conforme também outros estudos. Entre os rapazes há uma coincidência entre o desejo almejado e o que imaginam ser seu destino provável. Mais de 2/3 querem permanecer na atividade que aprenderam com os pais, com diferenças: 38% gostam da profissão e têm a convicção de que serão agricultores enquanto 31% desejariam permanecer, mas veem dificuldades para tanto. Segundo as respostas dos rapazes, os entraves para se manterem na profissão são decorrentes da falta de capital para investimento (81%), falta de novas oportunidades de renda (40%) e falta de terra (30%).

Em relação às moças, 32% desejam permanecer num estabelecimento agropecuário, mas 37% julgam provável que este seja o destino. “Permanecer numa unidade produtiva rural, para muitas delas, é muito mais uma fatalidade que uma opção.” (p.2).

Outro elemento que contribui para que as jovens abandonem o campo é relativo a mulher ficar em segundo plano em relação aos jovens quanto ao processo de sucessão da propriedade rural.

Menos ligadas à terra que os rapazes, quando providas de um mínimo de instrução indispensável para se adaptar ao mundo urbano, parcialmente liberadas das restrições familiares em razão do enfraquecimento das tradições, mais prontas a adotar os modelos de comportamento urbano, as filhas dos agricultores podem ganhar as cidades mais facilmente que os rapazes (STROPASOLAS, 2003, P. 151).

No entanto, a vida do jovem rural no meio urbano não o livra de ser reconhecido como o colono, o grosso, o atrasado. Conforme Stropasolas, (2003), “os jovens migrantes buscam “mudar de vida” na cidade, mas encontram sérias dificuldades para o acesso aos direitos de cidadania e a sua inclusão na sociedade, não se integrando plenamente”. Segundo, Sifuentes (2009, p. 11) “o preconceito existente entre os jovens urbanos para com os colegas rurais, destaca-se através do caráter pejorativo do termo “colono”. A expressão “colono” tem no sul uma denotação de grossura”. Sobre esta questão Matos (2002 p, 140) acrescenta sobre a saída dos jovens do campo para a cidade que:

Se deve também à busca pelo “moderno”, caracteriza a visão sobre o rural como atrasado ou primitivo, fazendo o jovem deste meio querer entrar nos “moldes” da juventude urbana (“moderna”) para não ser visto ou não se ver como atrasado ou “inferior”.

Neste sentido a mídia tem desempenhado papel importante ao caracterizar o mundo rural em relação ao meio urbano. Citando Sifuentes (2009, p.13) argumenta que o poder televisivo produz na juventude novas aspirações e desejos, o que estende suas referências a modos de viver.

Na televisão predominam temas da vida urbana, e mesmo quando surgem os temas referentes ao meio rural, estes também são “urbanizados”. Outro aspecto é a própria imagem desses dois universos presentes na sociedade: ao campo é agregada a ideia de um lugar simples, singelo e harmônico, enquanto a cidade é concebida como um lugar de comunicação, conhecimento e luz. No lado oposto: ao primeiro é vinculada a ideia de ignorância, limitações e pobreza; e ao segundo, de barulho e competição, etc.

Diante desta situação o jovem rural constitui a sua decisão de continuar na atividade agrícola ou migrar para a cidade. Desse modo abre espaço para o questionamento de quais os motivos que levam o jovem rural a permanecer no campo? Em estudo conduzido por UNIVATES/FETAGRS/MDA (2005, p.98) mencionado anteriormente, os fatores de maior atratividade pelo meio rural por parte dos jovens foram: apego e amor a terra em primeiro lugar; em segundo lugar, por ser um lugar mais seguro; e em terceiro lugar, pelo meio rural oferecer custo de vida mais barato.

No entanto, existem alguns fatores que contribuem para a permanência do jovem no campo, entre eles podemos citar, quando o jovem passa a participar de decisões sobre que investimentos serão feitos na propriedade ou que culturas serão produzidas, desde o momento que os jovens passam à realizar empréstimos bancários ou utilizar linhas de crédito destinadas à agricultura familiar e camponesa. Uma vez que o jovem faz um empréstimo bancário ele se sente parte da estrutura da propriedade rural. Neste sentido a inserção que a unidade familiar oferecer ao jovem poderá corresponder a sua permanência ou não. Conforme Beduschi Filho (2006, p.9) despertar o desejo de mudanças nos mais velhos e conseguir a sua cumplicidade em projetos inovadores, continua sendo um grande desafio para os jovens rurais.

Uma educação de qualidade e adequada a realidade dos jovens do campo é uma possibilidade de melhoria de vida no meio rural para aprimorar a profissão de agricultor. É preciso possibilitar condições para que ele possa estudar, para Abramovay (2005):

Uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos. Segundo esse autor uma verdadeira política de desenvolvimento rural deve associar a atribuição de ativos aos jovens - dos quais o mais importante é uma educação de qualidade - com o estímulo a um ambiente que estimule a formulação de projetos inovadores que façam do meio rural, para eles, não uma fatalidade, mas uma opção de vida. Na opinião desse pensador, seria interessante, no caso daqueles que pretendem estabelecer-se como agricultores, que sua implantação fosse acompanhada e mesmo condicionada à elaboração de um projeto técnico consistente, cujas chances de afirmação em mercados dinâmicos fossem altas. Mais importante do que o aprendizado de técnicas agronômicas, neste caso, são os conhecimentos de gestão, contabilidade e funcionamento de mercados.

Para o MDA (2004, p.48):

A implantação de agroindústrias é uma das alternativas do modelo de desenvolvimento sustentável, que pensa o rural como um todo e não mais apenas ligado à produção agrícola. Tal iniciativa oportuniza a inclusão social, promovendo a participação no desenvolvimento e a equidade especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens.

Neste sentido, a juventude camponesa têm projetos, experiências e tecnologias sociais inovadoras em seu cotidiano de atuação política e vida na sociedade, em organizações e movimentos sociais, bem como em alguns governos municipais e estaduais. No entanto, será necessário continuar persistindo para manter os camponeses no campo (resistência); lutar para resolver a questão agrária, pois não existe democracia plena sem a democratização da terra, e o processo de contestar o modelo de produção do agronegócio e reafirmar o modelo de produção baseada na agroecologia, para ser possível elaborar um projeto de desenvolvimento do campo em conjunto com as diversas iniciativas já existentes no seio da juventude rural, da agricultura familiar, camponesa e dos povos e comunidades tradicionais no país.

Ao se discutir o futuro dos jovens rurais e da agricultura familiar e camponesa, há que se conhecer a realidade da juventude rural de hoje, uma vez que, teoricamente, esses jovens estariam sucedendo seus pais na exploração da propriedade rural. Para isto, é importante conhecer o ambiente em que os jovens estão inseridos, suas angústias, necessidades e perspectivas. Ao que parece, a maior parte dos jovens da área rural gostaria de construir sua realização profissional na agricultura. A constatação deste fato permite a adoção de medidas que valorizem o papel da juventude rural, sobretudo no que diz respeito ao processo sucessório, atenuando os efeitos desagregadores do êxodo rural, que mesmo com políticas públicas fomentando assentamentos, não garante índices satisfatórios de melhorias no campo.

4 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL ESCOLARIZADA DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA

4.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE MAXIMILIANO DE ALMEIDA

O município Maximiliano de Almeida está situado na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, entre os rio Apuaê, Inhandava e Pelotas. Formado por vales fertilíssimos entrecortados por coxilhas onduladas, conforme o IBGE Cidades (2010).

O terreno é montanhoso e era encoberto pela mata atlântica sendo que nos seus vales estendiam-se os leitos dos mananciais, onde corriam águas límpidas. A sua área territorial era coberta pela floresta, com destaque para os pinhais, bem como a fauna formada de muitas espécies. Este cenário servia de lar para índios, primeiros moradores destas terras. Hoje campo e lavoura fruto de nossa agricultura e pecuária.

Em 1809, com a divisão da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, este território passou a pertencer ao município de Rio Pardo. Em 1815, ao município de São Luiz Gonzaga. Em 1834 ao município de São Borja. Nesse mesmo ano passou a pertencer ao município de Cruz Alta. Em 1857, passou a pertencer ao município de Passo Fundo. Em 1878 passou ao município de Vacaria. Em 1881 ao município de Lagoa Vermelha e, em 1945 passou a pertencer ao município de Marcelino Ramos.

Cabe ressaltar, que o município de Lagoa Vermelha foi teatro de lutas sangrentas por ocasião da Revolução Federalista de 1893, movimento político que deu lugar a violenta guerra civil e no movimento revolucionário de 1923 que trouxe intensa movimentação de tropas em sua área territorial.

Mas as picadas abertas pelos revolucionários serviam de trilha para os primeiros povoadores. Inicialmente aqui chegaram famílias de Portugueses que não deixaram gravados seus nomes na história. O que se sabe é que não fixaram residência por muito tempo, porém foi por esses moradores a construção dos primeiros casebres onde hoje se situa a cidade de Maximiliano de Almeida, conforme o IBGE Cidades (2010).

Segundo o IBGE Cidades (2010) foi por volta de 1917 que começaram a chegar colonizadores de outras etnias, entre os quais, os poloneses, italianos, alemães e afrodescendentes. A terra fértil, madeira abundante e muita água atraíram colonizadores vindos de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, São Leopoldo, Guaporé, Estrela, Antônio Prado, Monte Negro, Sananduva e outros. Isso sem contar aqueles que vieram diretamente da Europa, principalmente da Itália.

Desde quando os colonizadores começaram a se fixar começaram a trabalhar na terra, que consistia em derrubar a mata a golpes de machado e foice, usando a madeira para a construção de suas casas, e no roçado após a queimada pelo fogo, plantar a semente na esperança da colheita. Diante do constante chegar de novos imigrantes e com o início do cultivo, a agricultura começa a se expandir.

Conforme, o IBGE cidades (2010), o desenvolvimento do distrito da Vila Sede do Pinhal (Maximiliano de Almeida), foi interrompido por um fato atípico. O centro da administração da Vila Sede do Pinhal era a inspetoria de terras. Na Revolução de 1923, os anti-governistas expulsaram o chefe da inspetoria, o Sr. Pedrinho dos Santos. No dia 8 de maio de 1923 foi metralhado o escritório da comissão de terras, atingindo com morte a esposa do sub-prefeito. Com a expulsão da Inspetoria de terras, o escritório da comissão de terras transferiu-se para o Castelinho de Erechim.

Este fato negativo limitou o crescimento da Vila por um tempo. Mais tarde em primeiro de abril de 1927, pela Lei nº 222, foi elevada a categoria de 12º Distrito de Lagoa Vermelha com o nome de Maximiliano de Almeida, por ser o intendente do município e como agrimensor procedeu o loteamento desta cidade. Nessa data o Sr. Joaquim Borba de Freitas foi nomeado o primeiro Sub Prefeito.

Neste sentido, o distrito começa a incrementar o seu crescimento, com o desenvolvimento da agricultura que fomentava a instalação das serrarias utilizando a madeira e impulsionando assim o estabelecimento de casas comerciais. Naquele período muitos distritos se emanciparam no Rio Grande do Sul. Neste sentido, o ideal emancipacionista tomou corpo junto aos seus

Hoje o município de Maximiliano de Almeida possui uma área territorial de 208,439 km² e sua população estimada no ano de 2013 em 4.938 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 23,56 (hab/km²) segundo dados do IBGE Cidades (2010).

Segundo dados do Censo demográfico (IBGE, 2010) a população do município de Maximiliano de Almeida no ano de 2010 era formada por 4.911 pessoas, das quais 2.467 homens e por 2.444 mulheres. Do total dos homens 1.026 moravam na área rural enquanto 1.441 homens residiam no perímetro urbano. Das mulheres, 911 residiam na área rural, enquanto 1.533 mulheres viviam na área urbana. Desta forma, a população residente na área rural é composta por 1.937 pessoas, enquanto, os que residiam na área urbana somam 2.974 pessoas. Do total dos homens que se encontravam em uma faixa etária entre 15 e 24 anos (que para nosso trabalho é considerado como população juvenil) somam 377 pessoas do sexo masculino e 351 pessoas nesta faixa etária do sexo feminino, desse modo constituindo uma população juvenil do município de Maximiliano de Almeida de 728 pessoas, ou seja, 14,823% de sua população. A parcela da população juvenil residente no meio rural era de 221 pessoas, sendo que 109 do grupo masculino e 112 do grupo feminino.

Mas a população de Maximiliano de Almeida já foi bem superior há quantidade que se encontra. Analisando os dados disponíveis do Censo podemos constatar um decréscimo constante de sua população. No ano de 1970 a população atingia 7.044 habitantes, sendo que destes 1.587 pessoas residiam na área urbana, enquanto em sua área rural moravam 5.457 pessoas.

Já no ano de 1980 residiam em sua área rural 4.875 pessoas e na área urbana 2.076 pessoas de um total de 6.951 habitantes. Mais tarde, no ano de 1991 o conjunto de sua população era de 6.633 pessoas, sendo que destas, 4.133 pessoas viviam na área rural e 2.500 pessoas na sua área urbana.

No ano 2000 a situação não se altera, ou seja, a população do município vem diminuindo e do conjunto de sua população os que moram na área rural diminuem, enquanto a sua área urbana é formada por um número cada vez maior de habitantes. Neste ano a população de Maximiliano de Almeida atingia

5.651 pessoas das quais 3.003 viviam na área rural e 2.648 na área urbana. Sendo assim formada quanto ao sexo por 2.467 homens, destes: 1.441 homens residindo no meio rural enquanto 1.026 homens no meio urbano. Já as mulheres somavam 2.444 pessoas e, destas 911 viviam na área rural e 1533 na área urbana. Em 2000 os jovens atingiam um total de 728 pessoas, destes, o grupo feminino correspondia a 351 pessoas e 377 ao grupo masculino.

No período de 1970 a 2000 a população do município de Maximiliano de Almeida diminuiu em 21% do seu total. A população rural, também diminuiu, representava 77% em 1970, mas no ano de 2000 correspondia a 54% de sua população. No entanto a sua população urbana que correspondia a 23%, passou a representar 47% do total.

No ano de 2010 a população de Maximiliano de Almeida era de 4.911 pessoas, sendo que destas 39% viviam na área rural e 61% viviam na área urbana. É no período compreendido entre o ano de 2000 e 2010 que a população em sua maioria passou o seu domicílio para a área urbana.

Cabe ressaltar que a partir do ano de 1998 se dá o início das obras de construção da UHE (Usina Hidrelétrica) Machadinho, situada entre os municípios de Piratuba – SC e Maximiliano de Almeida – RS, inaugurada em 2002. Construída no Rio Pelotas, a 1,2 km à jusante da foz do rio Inhandava e sua represa alagou área do território do município equivalente a 8,34 km² e em consequência, as famílias que residiam nesta área em número aproximado de 1500 pessoas tiveram que mudar o seu domicílio.

No ano de 2000, segundo dados da FEE (PIB – municipal- série histórica. 1999-2011) o município de Maximiliano de Almeida atingia o Produto Interno Bruto no valor de R\$ 23.330.746,00 e no ano de 2011 R\$ 68.706.826,00 atingindo um crescimento de 34% neste período. Em 2011 o PIB per capita era de R\$14.152,00. Neste ano o Valor Agregado Bruto total (VAB) é de R\$ 66.072.027,00 que corresponde a soma do VAB da agropecuária, da indústria e dos serviços. Sendo que o VAB de serviços representou 57,3% deste total, seguido pelo VAB agropecuária com 35,4% e o VAB indústria de 7,4%.

No ano de 2010, conforme dados do IPEADATA, as principais atividades agrícolas no total de sua produção com destaque para soja com 45,6%, milho 24,06%, trigo 10,46%, mandioca 5,81%, laranja 4,38%, feijão 2,59%, cana de açúcar 2,53%, uva 2,20% e representando menos de 1% cada: fumo, batata inglesa, cebola, amendoim e tomate. No setor pecuário destacam-se os bovinos, seguido do plantel de suínos e aves (galinhas, frangos). Cabe ressaltar, o plantel de bovinos em sua composição as vacas ordenhadas somam 2.795 cabeças, produzindo 7.446 mil litros de leite por mês.

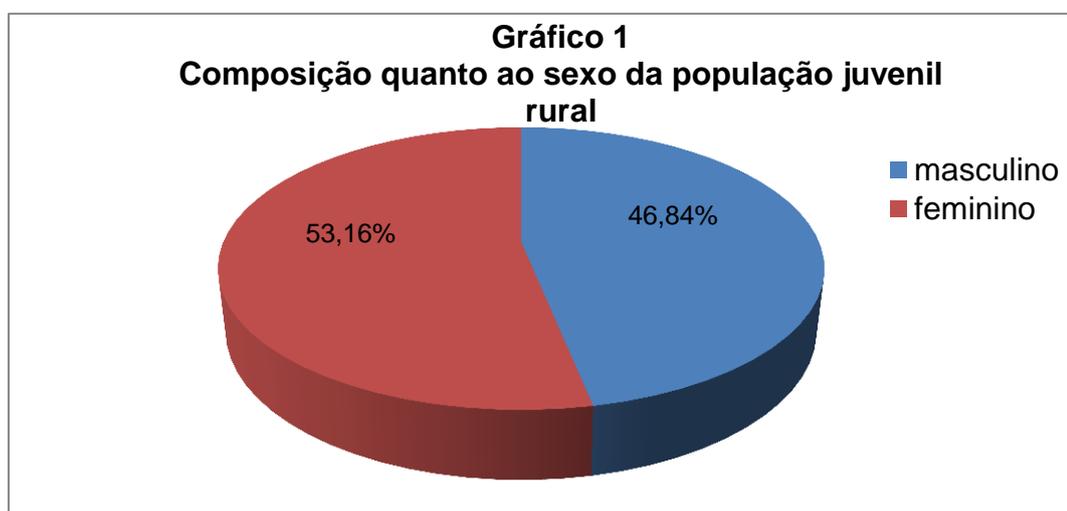
As vagas de ensino no município de Maximiliano de Almeida oferecidas na rede escolar em 2012, segundo IBGE cidades, que era formada por apenas escolas públicas, sendo que totalizavam 7 escolas (4 municipais e 3 estaduais) assim distribuídas: ensino pré-escolar municipal com 49 matrículas e estadual com 57 matrículas, totalizando 106 matrículas e 5 docentes; ensino fundamental estadual com 404 matrículas e municipal com 199 matrículas, totalizando 603 matrículas e 54 docentes; ensino médio estadual com 193 matrículas e 16 docentes.

Como referência cultural para os jovens, o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Sentinela do Inhandava com sua sede neste município, que atua cultivando as tradições gaúchas. O centro paroquial no qual são realizadas as festividades municipais como o Fest Vinho, a festa do porco à Paraguai e a festa do colono e do motorista em honra a São Cristóvão e Santo Isidoro. A casa de cultura Avelino Benin local para eventos, onde se efetiva atividades de teatro amador.

Entre as oportunidades de trabalho se constituem em vagas aos que residem na área rural no próprio setor, com destaque para a atividade de produção de leite que se encontra na grande maioria das propriedades rurais. Quanto à população urbana, o setor de serviços, especialmente a prefeitura municipal, seguida das vagas oferecidas pelo comércio e indústria. Existe um número significativo de pessoas trabalhando em frigoríficos e abatedouros localizados fora deste município, situados na região oeste de Santa Catarina e região nordeste do Rio Grande do Sul.

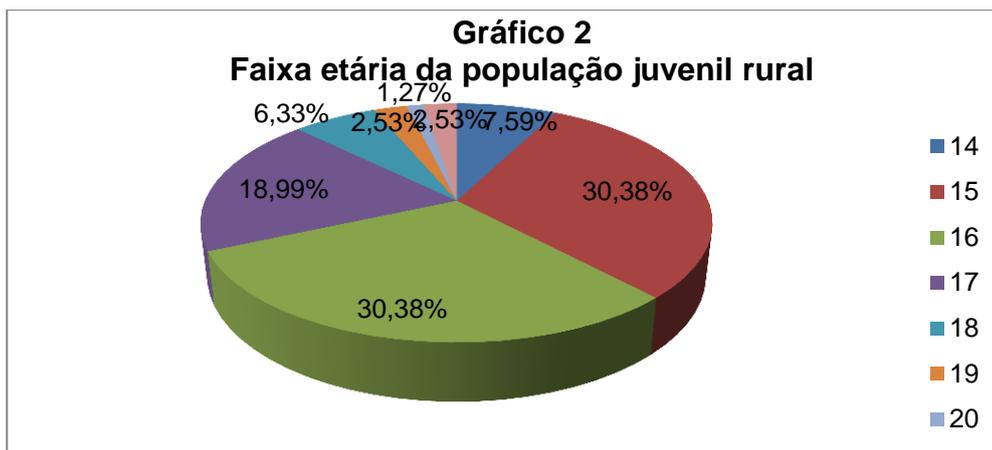
4.1.1 Dados sobre o segmento da juventude rural escolarizada

Com o objetivo de apresentar dados relativos à população rural juvenil escolarizada do Ensino Médio de Maximiliano de Almeida foi realizado um censo com a aplicação do questionário junto à escola estadual de ensino médio Divino Mestre nos alunos que frequentava a mesma. Entre os dias 29 de maio e três de junho de 2014, os alunos responderam o questionário que totalizou 137 coletas, sendo que destes, 79 responderam afirmando que sua família é proprietária ou trabalha em área rural. É deste grupo que passo a relatar alguns dados coletados nas respostas às questões respondidas. Quanto ao sexo o grupo feminino é constituído por 42 pessoas, ou seja, 53,16% enquanto que 37 pessoas compõem o grupo masculino resultando em 46,84% do total de 79 pessoas. Conforme demonstra o gráfico abaixo.



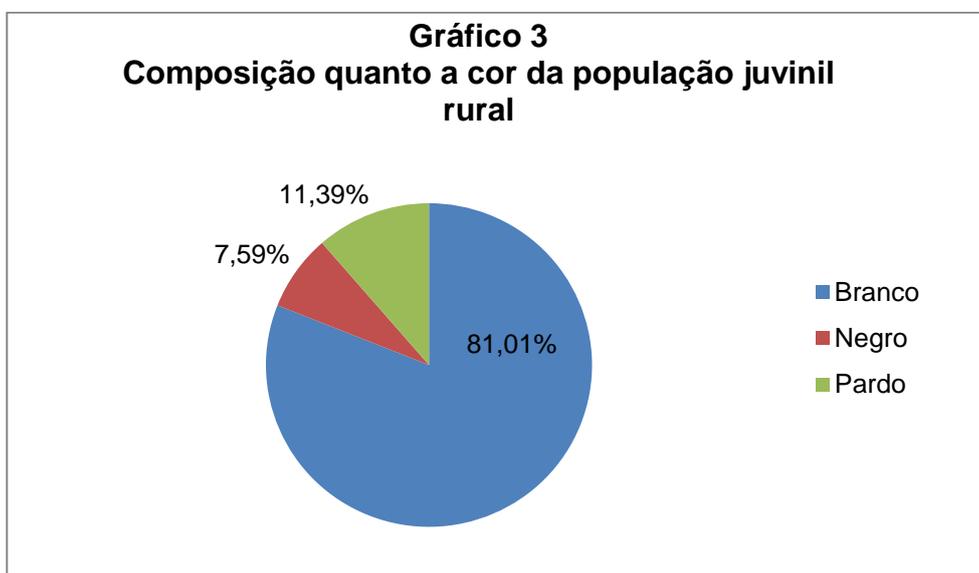
Fonte: elaboração do autor

Quanto à faixa etária dos aluno(a)s, observou-se que 78% encontram-se entre 15 e 17 anos. O que demonstra que a grande maioria dos alunos está em idade ideal para o ensino médio. O gráfico abaixo demonstra o percentual de cada faixa etária.



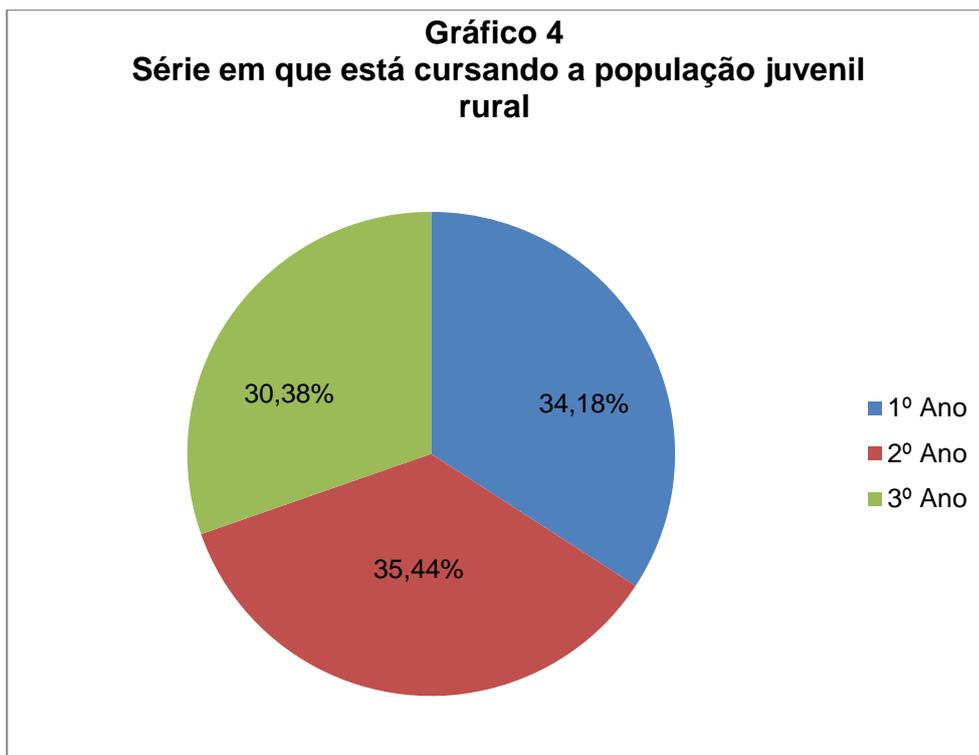
Fonte: elaboração do autor

Quanto a cor dos 79 entrevistados, 64 disseram ser brancos, 6 negros e 9 pardos. Conforme ilustra em percentual o gráfico abaixo.



Fonte: elaboração do autor

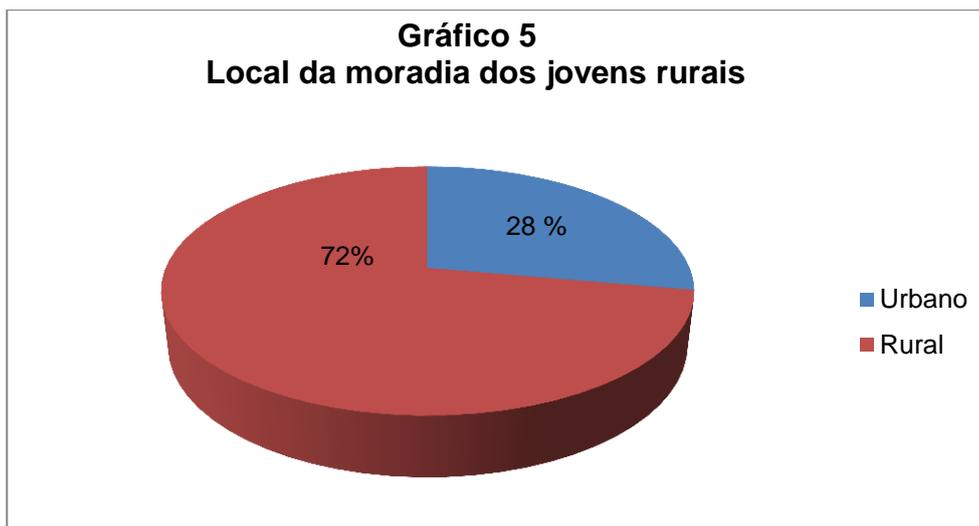
No que se refere à série em que estão cursando houve uma distribuição bem próxima entre os 79 alunos, nas três séries do ensino médio. O gráfico abaixo demonstra o número de alunos proporcional à série que está cursando.



Fonte: elaboração do autor

Perguntados se residem com sua família (pais e irmãos), todos afirmaram que sim. O que prova que todos os alunos vivem no seu recinto familiar.

Quanto à localização das moradias dos alunos, os mesmos distribuem-se em 13 (treze) comunidades, exceto 22 que residem no perímetro urbano, mas, possuem propriedade no meio rural. Na proporção conforme ilustra o gráfico abaixo.



Fonte: elaboração do autor

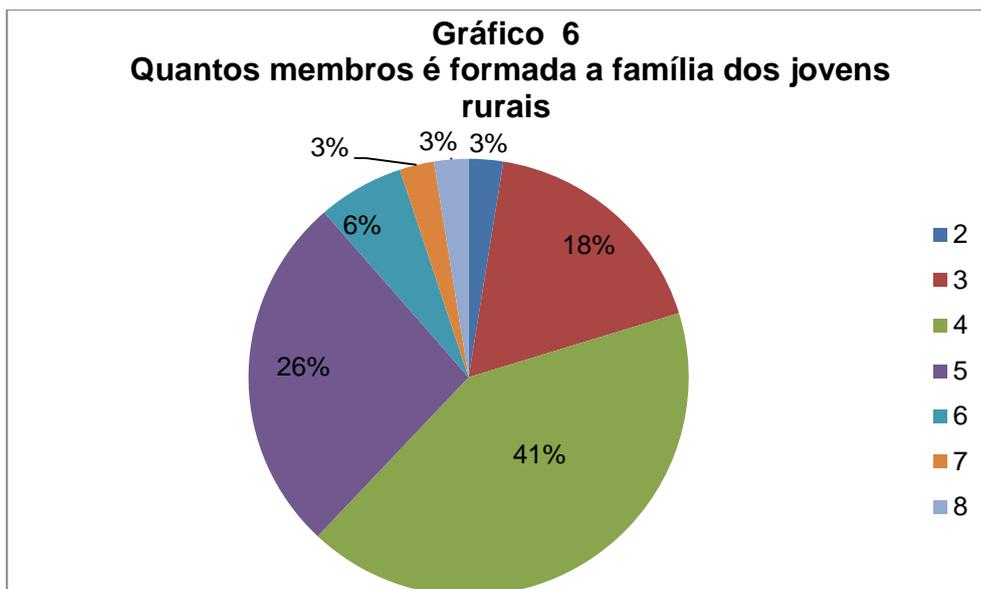
A tabela abaixo ilustra a distribuição dos alunos do meio rural nas comunidades que residem. Os alunos do meio rural conseguem frequentar a escola por disponibilizado o transporte escolar gratuito pelo ente público.

Tabela-1 Localização dos jovens rurais quanto ao seu domicílio.

| Nº | LOCALIDADES | Nº de ALUNOS |
|----|----------------------------|--------------|
| 1 | Linha Floresta | 8 |
| 2 | Linha Alto Caçador | 7 |
| 3 | Linha São Sebastião | 6 |
| 4 | Linha Navegantes | 5 |
| 5 | Linha Baixo Caçador | 5 |
| 6 | Linha Cerro da Rapadura | 5 |
| 7 | Linha Gramado | 4 |
| 8 | Linha São Domingos | 4 |
| 9 | Linha Passo do Forquilha | 3 |
| 10 | Linha São Paulo | 2 |
| 11 | Linha Ráia | 2 |
| 12 | Linha Santa Líbera | 2 |
| 13 | Linha Usina | 2 |
| 14 | Linha Ponte do Rio Ligeiro | 1 |
| 15 | Linha Capellin | 1 |

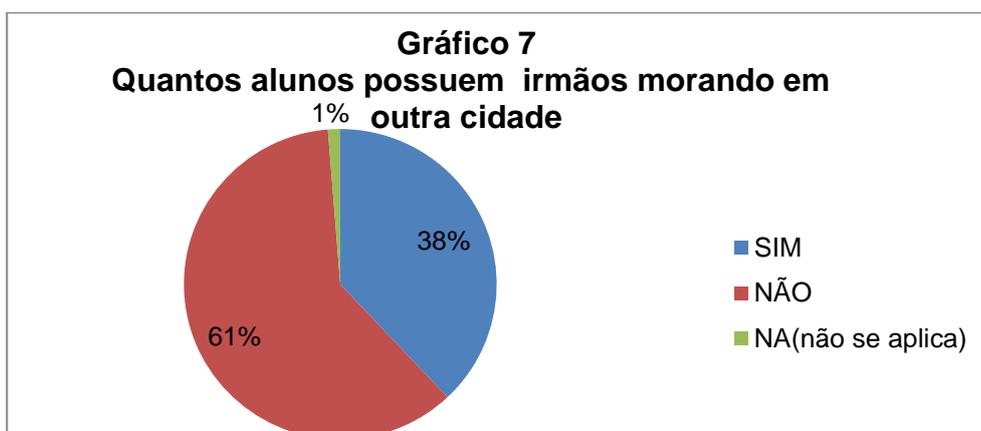
Fonte: elaboração do autor

No item de quantos membros (pais e filhos) compõe sua família, 41% possuem 4 membros e 26% possuem 5 membros. O gráfico abaixo demonstra de quantos membros é composta a família dos 79 aluno(a).



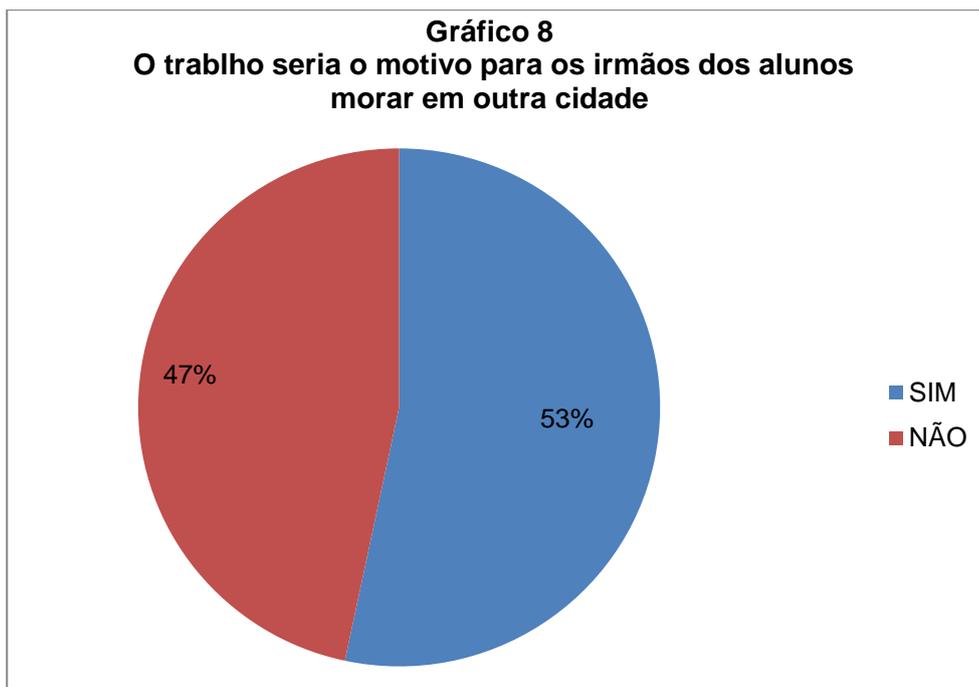
Fonte: elaboração do autor

Perguntados se possuem irmão(a)s que residem em outras cidades, 30 responderam que sim enquanto 48 responderam não. No gráfico abaixo o resultado correspondente aos 79 entrevistados.



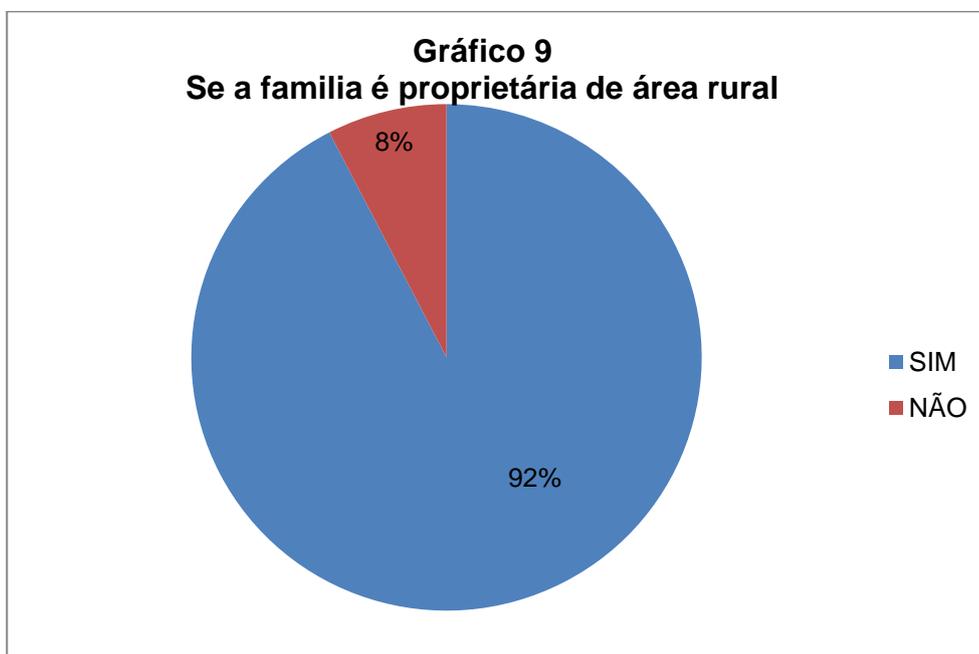
Fonte: elaboração do autor

E dos 30 que possuem irmão(a)s que residem em outra cidade, 16 disseram que é por motivo de trabalho e 14 que o motivo é outro. Como ilustra o gráfico abaixo.



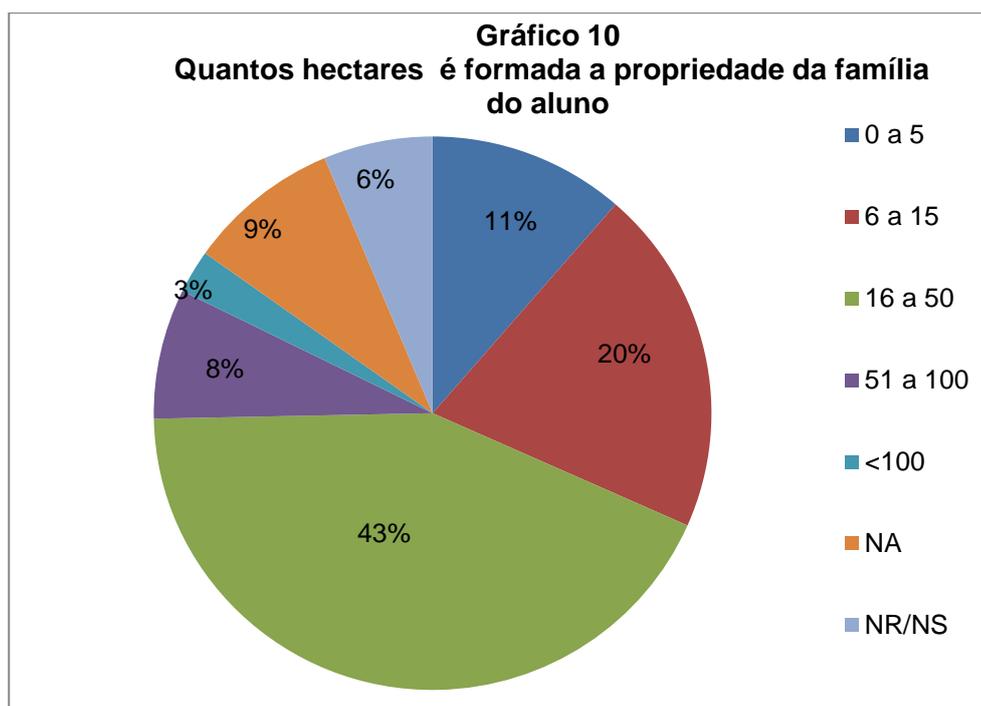
Fonte: elaboração do autor

No sentido de saber se a família do aluno é proprietária rural, 73 responderam que são, no entanto, 6 disseram trabalhar em terras de terceiros. O gráfico abaixo quantifica o percentual.



Fonte: elaboração do autor

A grande maioria das propriedades ficam com uma área entre 16 a 50 hectares. Conforme detalha o gráfico abaixo.



Fonte: elaboração do autor

Entre as 11 atividades agrícolas desenvolvidas nas 79 propriedades dos familiares dos alunos destacam-se o cultivo do milho em 55 propriedades, o cultivo da soja em 50 propriedades e a produção de leite em 35 propriedades. Haja vista, a tabela abaixo demonstra a distribuição das atividades agrícolas nas propriedades.

Tabela-2 Atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade da família dos alunos.

| ATIVIDADES AGRÍCOLAS DESENVOLVIDAS | NÚMERO DE PROPRIEDADES |
|------------------------------------|------------------------|
| Milho | 55 |
| Soja | 50 |
| Produção de leite | 35 |
| Trigo | 27 |
| Gado de corte | 25 |
| Feijão | 21 |

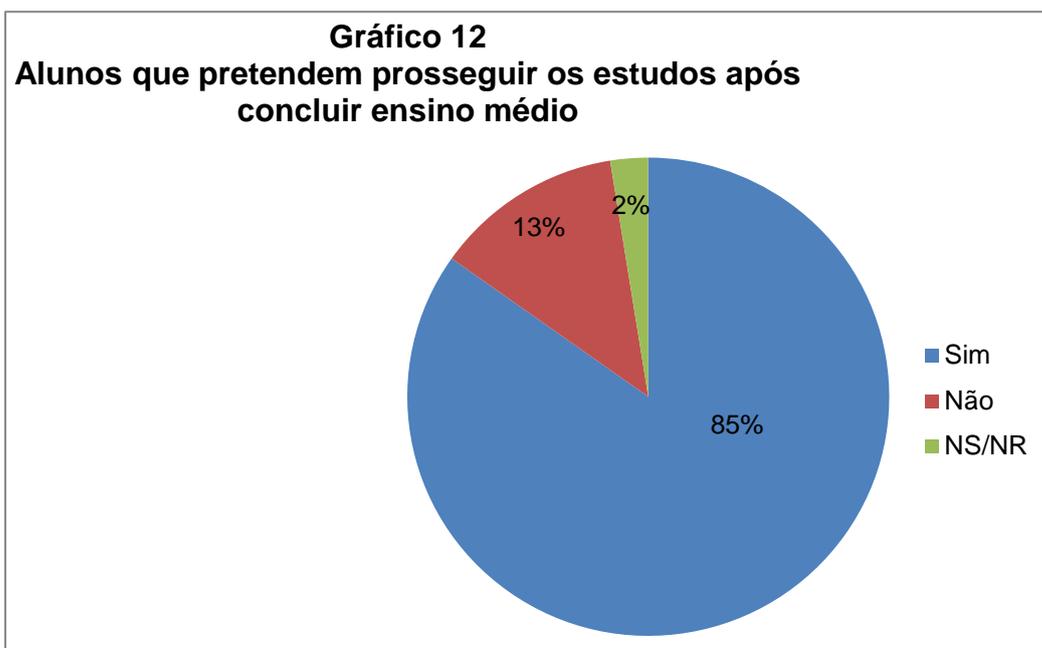
| | |
|--------------------------------|----|
| Fruticultura | 12 |
| Suinocultura | 7 |
| Avicultura | 5 |
| Criação de peixes | 1 |
| Produção primária/Subsistência | 49 |
| Não se aplica | 4 |

Fonte: elaboração do autor

No entanto observamos que em 49 propriedades desenvolvem a atividade primária de subsistência, ou seja, produzem animais em pequenas escalas e desenvolvem o cultivo de pomar e horta domésticos para o autoconsumo.

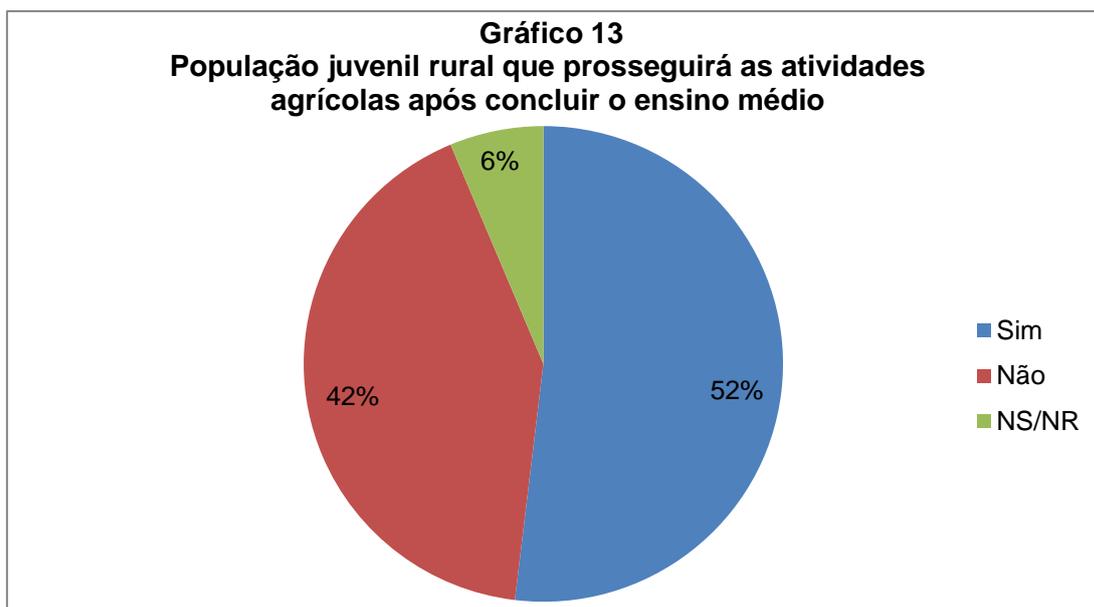
Perguntados se realizam alguma atividade econômica não agrícola em sua propriedade, responderam 92% não, 5% sim e 3% não se aplica. O que comprova que atividades como turismo e agroindústrias familiares são pouco exploradas economicamente.

Em questão dirigida ao aluno, se pretende prosseguir os estudos após concluir o ensino médio, 84,81% responderam que querem prosseguir seus estudos. Veja o resultado ilustrado no gráfico a seguir.



Fonte: elaboração do autor

Concluindo o questionário, os alunos responderam se iriam dar continuidade aos trabalhos na propriedade após concluir o ensino médio conforme demonstra o gráfico abaixo.



Fonte: elaboração do autor

4.1.2 Notas sobre a entrevista coletiva realizada com jovens rurais escolarizados de Maximiliano de Almeida.

Com o objetivo de reunir mais informações da juventude escolarizada que frequenta a Escola Estadual de Ensino Médio Divino Mestre, foi realizado no dia três de junho de 2014 uma entrevista coletiva com um grupo de nove alunos. Estes alunos foram sorteados de forma aleatória do grupo que no questionário respondeu que sua família possuía propriedade rural ou trabalhava em área rural, precisamente 79 alunos. As perguntas realizadas abordaram os seguintes temas:

1. Qual a área que é necessária para a família do agricultor ter uma vida digna?
2. O ensino (escolarização) é importante para a vida das pessoas? O ensino médio capacita você a trabalhar na agricultura?
3. A palavra agricultor (colono) o que lhe significa?
4. Se fosse governo, o que você faria para o agricultor?
5. Conhece algum programa desenvolvido para o jovem rural?
6. Qual(s) o(s) incentivo(s) que o governo deveria conceder aos jovens rurais?
7. O governo menospreza o agricultor?
8. Você sofreu algum tipo de preconceito (na escola) por ser agricultor? A escola é um meio de propagação do preconceito?
9. O jovem do campo possui uma tendência individualista ou prefere o associativismo?

Quanto ao tema da área necessária para o agricultor viver com dignidade os alunos tiveram dúvidas em mensurar quantos hectares são necessários, no entanto acreditam que o agricultor deve desenvolver atividades que possam tirar o sustento da família e sobrar o suficiente para gerar resultados econômicos positivos. Conforme resposta do jovem J1:

Uma área para uma família viver bem, é aquela que se possa ter um lugar para morar, plantar para o sustento, ter horta e frutíferas, criar animais como bovinos, suínos do tipo que pretender (...) plantar culturas para poder vender e gerar uma renda econômica, para começar acho que seria necessário em torno de dez hectares.

O ensino para o jovem rural é considerado importante para se ter um desenvolvimento econômico da propriedade rural, porém o jovem rural só encontra ensino adequado para sua atividade se fizer o ensino médio no curso de técnico agrícola, do contrário o conhecimento repassado lhe dará apenas uma noção matemática de quanto se ganha ou quanto se perde. Conforme expressa o jovem J2:

Não capacita para trabalhar na colônia ou agricultura, para este ramo teria que fazer um curso que capacite em agroindústria ou agronomia (...) quase nada, tu ter uma noção de matemática o quanto tu vai ganhar, o quanto tu vai render, seria mais ou menos isso.

Acreditam que se deva mudar este currículo principalmente em escolas onde a quantidade de alunos proveniente do meio rural é considerada, deveria ter esta opção.

O significado de agricultor soa como aquela pessoa que trabalha muito, mas é mal remunerado. É esta atividade que desenvolve, consideram a base da sociedade. O governo deveria valorizar mais o agricultor, oferecendo-lhe incentivos. Conforme o jovem J3:

Para mim é tudo, é o que motiva (...) sem agricultura o país, o estado não vai para frente, pois dependem e muito da agricultura para se desenvolver. E a gente também depende da agricultura para sobreviver, é uma das profissões mais importantes que tem, no entanto, há pessoas que menosprezam o agricultor, nem mesmo o dentista, o médico, o advogado eles não conseguem produzir o seu próprio alimento, todos dependem dos colonos, dos agricultores, só o agricultor consegue produzir o seu próprio alimento, por isso que o agricultor é a base, porém são os que mais sofrem, os menos remunerados. Vejo pelos meus pais, acordam cedo, dormem tarde, trabalham muito de sol a sol, não estão trabalhando em escritório, estão batalhando e não tem a remuneração que deveriam ter. Agricultura é tudo... é tudo... não tem o que comparar.

Em um exercício de propor programas para desenvolver as atividades agrícolas na condição de ser “governo” os jovens acreditam na capacitação e programas com facilidades no acesso, sem burocracia que motivasse o jovem a ficar e desenvolver suas atividades agrícolas para ter a vida digna no meio rural. Conforme o jovem J4:

Nossa! Incentivaria mais os jovens a ficar lidando na agricultura mesmo. (...) Dizem assim: vou morar na cidade, assim poço trabalhar e ser bem mais remunerado e acaba abandonando a propriedade, e daí sei lá, acho que o governo deveria incentivar mais, de um modo

que fizesse que os agricultores não desistissem, não achassem que ser agricultor é algo que não vale a pena que se deve abandonar ser deixado para trás.

E o jovem J5:

Abrisssem novas agroindústrias, por que elas crescem devagar, porque é muita burocracia pra poder legalizar, para que possa funcionar (muita papelada) exige muito dinheiro e por esse motivo os agricultores acabam deixando de lado, desistindo, desanimando porque o governo dificulta esse acesso para abrir um novo negócio.

E questionados se conhecem algum programa de governo para a área rural, o Mais Alimento é lembrado. O programa que faz parte do PRONAF, dirigido na área de investimentos para instalação de agroindústrias familiares, infraestrutura das propriedades e compra de máquinas e equipamentos agrícolas.

O tema relativo ao preconceito revela que mesmo morando em município que possui nas atividades agrícolas a principal fonte de geração de trabalho da sua população, mesmo assim o preconceito se manifesta de diferentes formas e em diversos locais, inclusive na própria escola. Conforme o entrevistado J6:

Nunca sofremos preconceito por parte da escola (professores e funcionários), o que nos acontece é por parte dos alunos, colegas que possuem isso como uma arma, dizem por qualquer coisa que aconteça, volta pra roça, vai tirar leite, você é um colono, tem que voltar do lugar onde veio, aqui não é o teu lugar(...) porque é um colono burro.

Diante dessa situação os próprios pais incentivam os seus filhos a deixar o meio rural, para não presenciar situação semelhante a que são vítimas. Neste sentido os jovens se expressam, conforme o jovem J7:

Até os pais incentivam você a sair, ninguém incentiva a ficar, não é só o governo, hoje em dia se tu passas na rua todo mundo parece que te olha de uma forma diferente.

E acrescenta o jovem J8:

As outras pessoas olham como se os agricultores fossem uns coitados, trabalham na roça, eu vejo que muitas pessoas tem esse pensamento, esse preconceito, até mesmo os filhos de agricultores pensam isso: nossa, meu pai sofre por que eu vou querer esta vida sofrida também, eu quero viver outra coisa, quero ser melhor, ter mais dinheiro, entende.

Apresentado como elemento que poderia ajudar na permanência do jovem rural, o incentivo para a instalação de agroindústrias familiares, questiono da tendência que o jovem rural possui. O associativismo é um elemento importante para que este tipo de segmento possa se expandir, no entanto, o jovem rural busca concretizar de forma individual. Vejamos o que diz o jovem J9:

Eu acho que o jovem do campo já é dividido, a maioria deles já pensa em não sofrer igual a seus pais, preferem ir para a cidade grande, eu penso em me formar em uma universidade, fazer uma faculdade e voltar a trabalhar na agricultura, eu gosto da agricultura eu gosto de campo e pra mim viver na cidade é uma loucura, e o meu lugar é no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração as leituras de algumas teorias citadas neste trabalho, dados do censo do IBGE e da coleta de dados efetivada na aplicação do questionário junto aos jovens escolarizados oriundos do meio rural do município de Maximiliano de Almeida, os mesmos apontam para a correlação entre a diminuição da população do meio rural e o aumento da população urbana, e o decréscimo da população do município.

O deslocamento da população juvenil do meio rural é um movimento presente. Entre os diversos motivos que são apontados pelos alunos que foram entrevistados está a falta de programas específicos do governo que possa contemplar o jovem rural, o ensino médio em municípios com sua economia baseada na agricultura não oferecer a opção do curso com currículo adequado as atividades agrícolas, e o preconceito por ser filho de agricultor.

O êxodo rural provoca consequências na sociedade, pois no meio rural provoca o seu esvaziamento, enquanto que no meio urbano é um novo contingente de pessoas que poderão estar à procura das ofertas de trabalho que nem sempre são suficientes para a procura dos residentes no meio urbano.

Considerando o período histórico a partir de 1970 até o presente momento verifica-se o aumento da migração da população rural para a cidade, a mecanização do campo, as novas tecnologias, entre as quais, a introdução de sementes híbridas. Entretanto, somente parte da população rural teve acesso a linha de financiamentos para que pudessem continuar produzindo com os novos parâmetros de produtividade que foram alcançados pelo setor agrícola. Neste sentido, o município de Maximiliano de Almeida passou a diminuir consideravelmente sua população, sobretudo no meio rural que a cada coleta do censo feita pelo IBGE se constatou. Hoje, com uma população menor que há quarenta anos e com o seu domicílio na maioria localizado no meio urbano.

Conforme resultado obtido através do questionário verificou-se que 74% das propriedades das famílias dos alunos possuem ou trabalham em área rural entre 1 e 50 hectares e apenas 3% acima de 100 hectares, o que configura que

a grande maioria são pequenos agricultores (minifúndios) quanto à propriedade da terra. No entanto, entre as atividades agrícolas desenvolvidas nestas propriedades destaca-se o cultivo do milho e da soja. Estas monoculturas que foram desenvolvidas com grande aparato tecnológico, próprias para a produção em grande escala, ou seja, para grandes extensões de terra e apropriadas ao agronegócio, voltado para o mercado exportador. Nestas circunstâncias essas atividades são lucrativas, do contrário quando produzidos em pequenas áreas (minifúndio) o lucro é praticamente inexistente ou ilusório. A prática deste modelo de agricultura de certa forma contribui para o êxodo do jovem rural, pois, de um lado há a concentração da terra e de outro há o contingente de pessoas sem o elemento essencial para produzir que é a terra.

A escolha das atividades a ser desenvolvidas não é exclusividade intencional do agricultor, entre os motivos está o da oferta de financiamento para o custeio com maior disponibilidade de recursos e facilidade na sua obtenção, direcionado para certas atividades que influenciam na decisão do que produzir. Neste sentido, o agricultor familiar dispõe da oferta de linhas de financiamento para diversas culturas como o milho, a soja, o feijão, o trigo, entre outras, entretanto, não há o custeio na produção do leite, sabendo que esta atividade é representativa pela geração de emprego e renda nas propriedades das famílias dos alunos deste município e comercializada no mercado consumidor brasileiro.

A dependência do agricultor em relação à oferta de recursos financeiros e das suas condições de pagamento resultará em maior incremento econômico nas suas atividades agrícolas, possibilitando níveis atuais de produtividade, gerando renda positiva, ou não, e influenciando a decisão de continuar a produzir, ou, trocar de atividade. Neste sentido, expressa o jovem entrevistado caracterizando o programa *PRONAF Mais Alimentos* como uma via de mão dupla: “por um lado o governo concede um prazo bom para o pagamento, mas por outro lado aplica os juros e outras taxas que encarecem este recurso”, pois, será destinado na melhoria da infraestrutura da propriedade para conseguir produzir mais.

Entre os alunos que responderam o questionário, do grupo feminino apenas 33% desejam continuar na atividade agrícola, enquanto 67% responderam não querer permanecer na atividade agrícola, enquanto que do grupo masculino, 76% responderam permanecer na atividade agrícola. No entanto, 19% disseram não continuar na atividade agrícola e 5% estão em dúvida. Neste sentido, é do grupo feminino a maioria que não pretende continuar na atividade agrícola que corresponde a 67% em outro sentido está a resposta do grupo masculino que 76% pretende permanecer na atividade agrícola, o que vem demonstrar que será do grupo feminino o contingente maior que buscará o meio urbano. Considerando estas respostas, é possível concluir que para cada jovem do sexo feminino que decide ficar na atividade agrícola existirá dois jovens do sexo masculino que decide permanecer na atividade agrícola, ou seja, se esta proporção se efetivar o grupo masculino será o dobro que o feminino, configurando a masculinização do meio rural do município de Maximiliano de Almeida.

Entre os motivos de desistência da atividade agrícola, está o preconceito que a atividade de agricultor encontra expressado em diversos locais frequentados pelos jovens rurais. A escola é um entre os locais em que o aluno que possui sua família no meio rural carrega o peso de ser alguém menosprezado por morar no campo e que expressa o desejo de continuar o trabalho desenvolvido por seus pais. O preconceito usado como recurso para desmerecer o colega, seja por motivo que for, revela o quanto atividade agrícola é considerada desprezível, sem a necessidade e importância para o conjunto da sociedade.

No entanto, adequar o currículo escolar com as atividades agrícolas seria uma alternativa para o aluno desenvolver conhecimentos nesta área. Esta opção em municípios que a sua principal atividade econômica é a atividade agrícola poderia ser um elemento a incentivar o jovem rural a permanecer no meio rural. Pois, além sofrer preconceito, a insuficiência da política agrícola em estabelecer programas dirigidos ao jovem rural são elementos que motiva a troca do domicílio do meio rural para o meio urbano.

Considerando que em uma economia capitalista de mercado vai sempre fazer da terra mercadoria, embora seja o elemento indispensável para a

realização das atividades agrícolas, que o mercado de trabalho no espaço urbano oferece uma gama de atividades que estarão em disputa, reflete na decisão do jovem rural se deslocar do seu espaço, acreditando alcançar em outra profissão a realização de uma vida não encontrada no espaço rural e desta forma acreditando não sofrer o preconceito. Esta é a situação vivida pelo jovem do meio rural, pois, na concorrência entre os camponeses e agricultores familiares, de um lado, e os grandes produtores de outro, a gente sabe quem vence.

REFERÊNCIAS

- ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3.ed.São Paulo: Edusp,2007.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRAMOVAY, R. “Juventude rural: ampliando as oportunidades”, **Raízes da Terra:parcerias para a construção de capital social no campo**. Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília – DF, 2005.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. <http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acessado em 10.05.2014.
- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: Punks e Darks, o espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta: Anpocs, 1994.
- ABREU, Lucimar Santiago. **Impactos sociais e ambientais na agricultura: uma abordagem histórica de um estudo de caso**. Brasília: disponível em <<http://www.amazon.com/Impactos-sociais-ambientais-agricultura.../858500734.1994>> acesso em Jan 2014.
- ALMEIDA, J.A. A problemática do desenvolvimento sustentável. BECKER, D.F. (Org) **Desenvolvimento sustentável: necessidade e ou possibilidade?** Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 1991.
- AMSTALDEN, L. F. F. **Os custos da modernização**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1991.
- BAMAT, T. e IENO NETO, G. (orgs.) **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa, UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. “A juventude rural e os desafios do desenvolvimento local”. **Revista Marco Social**. 2006.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior**. INEP/MEC, 2010.
- BRUMER, A. Gênero e Agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2004.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. 1998.

CAMARANO, A. A. e ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos.** Caxambu, SP, 1997.

CAMPENHOUDT, Luc Van Raymond Quivy. **Manual de Investigação em Ciências Sociais.** Paris. Trad. João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes; Maria Carvalho. ed. 4ª. Gradativa. 2005.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Estudos Sociedade e Agricultura, 1998.

CARVALHO, H. M; COSTA, F.A. Agricultura Camponesa. CALDART, R.S. (org) et al. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

CASTRO, E. G. de. **Entre Ficar e Sair:** uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.
CASALDÁLIGA, Pedro. (org) **As causas que imprimem sentido a vida - Retrato de uma personalidade.** São Paulo: editora Ave Maria, 2008.

DAYRELL, Juarez. Os Jovens Contemporâneos e a Escola. **Revista Interlocução**, 2011.

EMATER. **Planilhão do escritório regional da Emater.** Erechim: escritório regional da Emater. 2013.

EMATER. Diagnóstico dos jovens rurais no município de Maximiliano de Almeida – RS. Maximiliano de Almeida: Escritório municipal da Emater. 2013.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística divulga resultados do novo Idese.** Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/194550/fundacao-de-economia-e-estatistica-divulga-resultados-do-novo-idese>>. Acesso em: 27 de junho de 2014.

GOODMAN, D E; SORJ, B; WILKINSON, J. **Políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira.** São Paulo: disponível: <<http://www.bernardosorj.com.br/pdf/agroindustriapoliticaspUBLICASEEstruturassociaisrurais.pdf>> Vol. 5, nº 4, outubro-dezembro/ 1985>. Acesso em: 19 jan. 2014.

GUERRA, de Martha; CASTRO, de Nancy C. Como fazer um projeto de pesquisa. Disponível <http://www.faceca.br/bsi/.../como_fazer_um_projeto_de_pesquisa.doc> acesso em: 10 Jan 2014.

GRAZIOLI, M. Giovani. **Sul território urbano: l'integrazione minimale**. In: MELUCCI, A. (Org.). *Altri codici*. Bologna: Il Mulino, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006: agricultura familiar – primeiros resultados – Brasil, grandes regiões e unidades da federação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>, 2010> acesso Jan 2014.

IPEADATA. Disponível: <<http://www.estado.rs.gov.br/conteudo/194550/fundacao-de-economia-e-estatistica-divulga-resultados-do-novo-idese>> Acesso em: 27 de junho de 2014.

ICKERT, I. Depoimento. In: GRAZIANO NETO, F. A questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154 p.

LIMA, A. A. Moços e velhos. In . **Adolescência, idade da aventura**. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. In: *Organizações Rurais e Agroindústrias*. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras, 2006.

MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: Questionando pressupostos e sugerindo pistas. São Paulo, **Cadernos de Pesquisa**. 1986.

MDA. **Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar 2003/2006**. Documento Referencial. MDA. Secretária de Agricultura Familiar. Brasília, 2004.

MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇAS. Disponível em: <<http://www.conflictoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=285>>. Acesso em: 28 de junho de 2014.

MATOS, A. G. de. Desenvolvimento, autonomia e academia. In: LIMA, D. M de A. e WILKINSON, J. (orgs). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo, 2002.

NEVES, D.P. Agricultura familiar. CALDART, R. S. (org) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

PAIS, J. M.. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1996.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – “alguns contributos”**. Análise Social, vol. XXV, 1990.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no nordeste Oriental do Brasil: 1700 -1875 WELCH, Clifford Andrew (org) et al. **Camponeses Brasileiros. Leituras e interpretações clássicas**, V.1. São Paulo. Editora: UNESP/DF: Núcleo de estudos Agrários e desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, M.C.B. Revolução Verde. CALDART, R. S. (org) et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

RIBEIRO, Marlene. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. Expressão Popular. São Paulo. 2010.

SACHS, Ignacy. **Brasil rural: da redescoberta à invenção**. São Paulo: disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a08.pdf>,2001> acesso em Jan 2014.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

SIFUENTES, L.. A recepção televisiva por jovens rurais: Um estudo sobre as representações do campo e da cidade. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Blumenau - 2009.

SILVESTRO, M. L. *et al.* **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. CPPP/Epagri. NEAD/MDA. Florianópolis. 2001.

SILVA, José Graziano. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. São Paulo: Disponível em <<http://www.gepec.ufscar.br/.../velhos-e-novos-mitos-do-rural-brasileiro/at.../fil...2001>> acesso em 20 Jan 2014

STÉDILE, João. A causa da terra. CASALDÁLIGA, Pedro. (org) **As causas que imprimem sentido a vida** - Retrato de uma personalidade. São Paulo: editora Ave Maria, 2008.

STÉDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão popular, 2005.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, V. L. **O movimento (migratório) da juventude rural: em busca do Reconhecimento social e da cidadania.** 2003.

UNIVATES/FETAGRS/MDA. **Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari,** UNIVATES/FETAG/RS/MDA. 2005.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José et al. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar.** UFRGS. 2009.

APÊNDICE A - Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Escola Estadual de Ensino Médio Divino Mestre
 Diagnostico da população juvenil rural escolarizada do município de
 Maximiliano de Almeida -RS

Questionário

- 1) Sexo: () Masculino () Feminino
- 2) Qual a sua idade? _____
- 3) Cor: () Branco () Negro () Pardo () Amarelo
- 4) Qual a série que está cursando?

- 5) Você reside com sua família (Pais, irmãos)? () Sim () Não
- 6) Onde reside a sua família (Pais, irmãos)? (Identificar Linha, Comunidade rural, etc) _____
- 7) Quantos membros compõem sua família? (Na mesma residência ou na mesma propriedade) _____
- 8) Você possui irmãos ou irmãs que residem em outra cidade ou, na zona urbana de Maximiliano de Almeida? () Sim () Não
- 8.1) Eles residem fora por motivo de trabalho? () Sim () Não
- 9) Sua família é proprietária rural (possui terras próprias)? () Sim () Não
- 9.1) Se **sim**, quantos hectares possui a propriedade da sua família? _____
- 9.2) Se **não**, trabalham em terra arrendada, ocupada, cedida, etc?
() Sim () Não
- 10) Quais atividades agrícolas são realizadas na propriedade de sua família?
.
- 11) Realizam alguma atividade econômica não-agrícola na propriedade?
() Sim () Não
- 11.1) Se sim, quais atividades:

- 12) Você pretende prosseguir seus estudos após concluir o ensino médio?
() Sim () Não
- 13) Você pretende dar continuidade aos trabalhos realizados na propriedade de sua família após concluir o ensino médio? () Sim () Não

OBSERVAÇÕES: